

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DA ARTE



**Museum And Restoration
Volunteering for Inclusion**

Número do projeto: 2024-1-NL01-KA220-ADU-000254830



Índice

Índice	2
Introdução	4
Revisão da literatura.....	7
Introdução	7
Voluntariado e inclusão na Europa	10
Voluntariado cultural.....	12
Inclusão e integração numa perspetiva europeia	14
Integração e inclusão: duas perspetivas diferentes	16
Metodologia	18
Voluntariado museológico contemporâneo na Europa: insights obtidos e melhores práticas descritas.....	19
Exemplos de melhores práticas que já envolvem voluntários da diáspora e migrantes.....	20
Descolonização através da diáspora e dos voluntários migrantes nos museus	22
Pluralismo interno: para alguns um mito, para outros uma realidade quotidiana.....	23
As forças necessárias para a unidade	26
Museus europeus: ilhas ou juntos numa vasta terra?	29
A necessidade do MARVI.....	31
Conclusão	32
Referências	33
Anexos	37

Relatórios nacionais	37
Bélgica	37
França	49
Alemanha	52
Itália	59
Países Baixos.....	67
Portugal.....	72
Espanha.....	77
Reino Unido.....	81

Introdução

Os museus desempenham um papel vital na preservação da história e na educação do público sobre diversas comunidades e experiências (Mudzanani, 2015). No entanto, muitas vezes continuam a ser exclusivos, refletindo predominantemente narrativas elitistas e monoculturais (Kofi & de Wildt, 2017). Neste relatório sobre o estado da arte do projeto Erasmus+ *Museus e Restauro para o Voluntariado e a Inclusão* (MARVI), um consórcio composto por seis parceiros europeus examinou a possível mudança que poderia concretizar esta dinâmica. Como mostram vários estudos, incluir vozes minoritárias, como as perspectivas dos migrantes, da diáspora e biculturais, através de voluntários formais, poderia tornar os museus mais inclusivos e representativos. Ao envolver voluntários formais com estas origens de forma significativa, não apenas como beneficiários, mas como narradores ativos e cocriadores, o MARVI visa transformar os espaços museológicos em plataformas de diálogo intercultural e representação histórica inclusiva.

A crise económica dos anos anteriores, juntamente com os atuais conflitos militares e comerciais na Europa, pode alterar as perceções sobre o papel do voluntariado na nossa sociedade civil. Existem desafios contemporâneos reais em reduzir o voluntariado a um mero prestador de serviços que substitui ou complementa o Estado, pois isso subestima a escala e a importância do movimento voluntário — cujos números ultrapassam a população dos países europeus mais populosos.

No entanto, a atual situação socioeconómica e sociopolítica não diminuiu a vontade dos cidadãos europeus de agir em solidariedade numa ampla gama de iniciativas que continuam a gerar um capital social significativo, embora difícil de quantificar. Neste contexto, o Ano Europeu do Voluntariado em 2011 destacou que o voluntariado não deve ser explorado como um recurso social ou económico em resposta aos desafios da Europa, mas sim reconhecido e valorizado como uma das expressões mais claras dos valores europeus. Ou seja, a luta contra a injustiça, a desigualdade, a falta de democracia e a ausência de direitos sociais e civis.

Embora os países europeus partilhem tradições e instituições filantrópicas, apresentam diferenças significativas nas taxas de voluntariado, ou seja, na

proporção da população envolvida em atividades voluntárias. O altruísmo e o comportamento caritativo e na Europa têm as suas raízes em instituições medievais comuns e, em particular, em práticas religiosas como as da Igreja Católica. O setor voluntário moderno começou a tomar forma em grande parte da Europa nos séculos XVIII e XIX, impulsionado por mudanças políticas, incluindo a ascensão de instituições democráticas e movimentos populares (Harris et al., 2016).

Hoje, porém, os níveis de participação no voluntariado formal variam muito em todo o continente. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), que define o voluntariado formal como o envolvimento organizacional sem compensação financeira, realizado voluntariamente e fora da esfera familiar, a participação varia de níveis elevados nos países nórdicos (com 30-50% da população participante) a níveis muito baixos em alguns países do sul da Europa e pós-comunistas (apenas 3-8% da população envolvida). A vasta gama de atividades consideradas como voluntariado torna difícil defini-lo com precisão. À medida que o mundo evolui, também evoluem as necessidades e as formas de voluntariado.

O voluntariado formal é uma ferramenta poderosa para promover a solidariedade, conforme destacado no artigo 2.º do Tratado da União Europeia. Ele conecta indivíduos através das divisões culturais, apoia a compreensão mútua e incentiva a participação cívica (Moon, 2020; Brenner, 2020; Rijksmuseum, 2021; Museum van Loon, 2023). O voluntariado formal é amplamente reconhecido pelo seu impacto positivo tanto nos indivíduos como na sociedade (Wilson, 2012). A nível pessoal, a participação cívica está associada a uma melhoria da saúde física e mental, incluindo níveis mais baixos de depressão e uma maior satisfação geral com a vida. Os voluntários normalmente citam uma variedade de motivações: intrínsecas, como o desejo de ajudar os outros, contribuir de forma significativa ou retribuir à sua comunidade; e extrínsecas, como expandir a sua rede social, ganhar experiência profissional ou aplicar competências adquiridas através da educação. A nível comunitário ou nacional, o voluntariado formal desempenha um papel fundamental na promoção da confiança social, incentivando a cooperação e fortalecendo o tecido social. Ajudar os outros pode construir confiança mútua, proporcionar uma sensação de segurança e pertença tanto para quem dá como para quem recebe (Musick e Wilson, 2003). Dada esta

ampla gama de benefícios, é crucial explorar não só os fatores pessoais, mas também os contextuais que influenciam as decisões das pessoas de se voluntariarem. Compreender estas dinâmicas pode esclarecer as variações na participação voluntária em diferentes sociedades e períodos históricos. Este conhecimento teórico e prático, por sua vez, pode ajudar as organizações voluntárias, os decisores políticos e os profissionais a conceber estratégias, políticas e programas mais e es e eficazes para promover e apoiar o envolvimento cívico.

Com base nesse conhecimento, o projeto MARVI desenvolverá um programa de aprendizagem para adultos voltado para gestores e curadores de voluntários de museus, equipando-os com as ferramentas necessárias para melhor apoiar e colaborar com voluntários de origem migrante/diaspórica e/ou bicultural. Dentro do programa, o projeto MARVI introduz inovação em três níveis. Primeiro, redefinindo narrativas: o MARVI promove perspetivas interculturais como essenciais para a compreensão da história europeia, amplificando as vozes pós-coloniais e migrantes dentro das instituições culturais. Segundo, capacitando os contadores de histórias: voluntários de diversas origens são treinados e apoiados para representar as suas próprias histórias e culturas dentro dos contextos museológicos. Terceiro, construindo um novo modelo: o MARVI propõe um modelo escalável e transferível de gestão inclusiva de voluntários que fortalece a identidade cívica e os valores europeus através do património comum e da compreensão mútua.

Para o conseguir, o MARVI tem como objetivo geral desenvolver a capacidade dos gestores de voluntários e curadores de museus para criar oportunidades de voluntariado inclusivas que promovam o envolvimento cívico e o desenvolvimento de competências entre aprendentes adultos de diversas origens. Isto está em consonância com a Prioridade Horizontal Erasmus+ sobre Inclusão e Diversidade na educação e formação. Em geral, a representação diversificada nas instituições culturais pode ser reforçada, o que pode ampliar as vias de participação dos grupos marginalizados na vida cívica e cultural. Ao longo do projeto MARVI, o consórcio de gestores de voluntários, académicos, estudiosos e especialistas da área irá desafiar os modelos tradicionais de voluntariado, colocando os migrantes e os indivíduos biculturais no centro da narrativa e da prática museológica — não como objetos de inclusão, mas como agentes de mudança. Contraria os estereótipos persistentes que associam as

identidades não ocidentais à exclusão ou à falta de qualificação. Ao mudar a representação de «sobre» para «por» comunidades diversas, o consórcio introduz uma abordagem nova e muito necessária à inclusão cultural, à educação cívica e ao envolvimento dos museus em toda a Europa.

Revisão da literatura

Introdução

Os primeiros museus contemporâneos, que surgiram entre os séculos XVIII e XIX, desempenharam um papel político fundamental na construção e legitimação das identidades nacionais no âmbito dos Estados-nação emergentes. Contribuíram também para consolidar as ambições coloniais de várias potências ocidentais. Através da seleção e exposição de objetos culturais, estas instituições moldaram narrativas históricas e memórias coletivas com o objetivo de reforçar os discursos oficiais e cimentar a ideia de nação, tanto a nível interno como na projeção internacional. Ao mesmo tempo, ajudaram a criar representações estereotipadas dos «Outros», retratando-os como sujeitos suscetíveis à dominação e subjugação. Além disso, os museus desempenhavam uma função moralizante. Não se limitavam a preservar e exibir o património cultural, mas também atuavam como agentes educativos e disciplinares na sociedade. Desta forma, contribuíram para a formação de cidadãos alinhados com os valores nacionais, promovendo a internalização da história oficial, da cultura dominante e do orgulho patriótico.

Ao longo do tempo, essas instituições evoluíram, adaptando-se às mudanças sociais e políticas, embora tenham mantido seu papel como espaços privilegiados para a construção cultural e social. A principal diferença nas últimas décadas é a tentativa de dar voz a todos os cidadãos, permitindo a incorporação de novas perspectivas — como a feminista e a descolonial — e incentivando a participação de minorias que antes eram silenciadas. A descolonização, como um processo urgente de transformação de uma matriz epistemológica, envolve inerentemente o esforço de reconstituição. Nas práticas museológicas atuais, os profissionais devem lidar com as ruínas das grandes narrativas, incluindo a modernidade e o ativismo. Após o colapso das narrativas dos séculos XIX e XX — como o nacionalismo ou o comunismo após a Guerra Fria — surgiram novas ações destinadas a transformar ou mesmo

abolir as formas convencionais de pensar e praticar a museologia. A descolonização nos museus envolve uma revisão crítica do papel histórico dessas instituições na acumulação, representação e narração de objetos e culturas, especialmente aqueles de povos colonizados (Procter, 2024). Neste contexto, o voluntariado cultural, além do seu papel tradicional de apoio logístico, pode servir como uma ferramenta para a justiça cultural, facilitando novas narrativas e das próprias comunidades afetadas pelo colonialismo. Para Hicks, o museu não é neutro; é uma instituição que participou na construção de hegemonias culturais (2020) e, portanto, ações necessárias devem ser tomadas a partir da própria instituição para contribuir para a restituição descolonial.

Portanto, há três pontos-chave que devem ser considerados para abordar e refletir. Primeiro, a origem das coleções. Muitas foram adquiridas por meio de pilhagens coloniais, comércio desigual ou violência. A descolonização envolve rever a legitimidade dessas posses e, em alguns casos, devolver os objetos às suas comunidades de origem (Procter, 2024). Segundo, as narrativas dominantes. Os museus frequentemente apresentam a história a partir de pontos de vista eurocêntricos. O processo descolonial procura incluir as vozes e perspectivas dos povos indígenas ou colonizados (Plummer, 2024). E, finalmente, a curadoria colaborativa. Há uma mudança crescente em direção a práticas nas quais as comunidades representadas participam das decisões curatoriais, em vez de serem meros objetos de estudo. No entanto, essas práticas ainda não são generalizadas em todos os antigos países coloniais. Nesse contexto, as histórias não são ditadas apenas pela equipa curatorial, as mesmas são co-construídas com voluntários e as comunidades envolvidas. Essa abordagem horizontal permite a incorporação de múltiplas perspectivas, conhecimentos locais, línguas e experiências vividas (Boast, 2011). Essas críticas ao multiculturalismo neoliberal estão alinhadas com Walsh (2010), que defende a interculturalidade crítica. Segundo ela, a falha do multiculturalismo reside na sua incapacidade de questionar as desigualdades de poder e a colonialidade do conhecimento. Assim, Walsh propõe a «interculturalidade crítica» como um projeto que parte deste problema e, a partir de uma perspectiva totalmente descolonizadora, visa mudar as estruturas e os mecanismos de poder assimétricos. A este respeito, uma perspectiva intercultural é fundamental para a prática museológica descolonial.

Wilson (2012) destaca que o estatuto socioeconómico, os valores pró-sociais, as crenças religiosas e as redes sociais — como família e amigos — estão entre os fatores mais influentes na previsão do envolvimento voluntário. Estudos mais recentes também enfatizam a importância do contexto social mais amplo em que as pessoas vivem. Elementos como o nível de religiosidade de uma sociedade e as suas condições económicas foram identificados como fatores contextuais fundamentais que influenciam o voluntariado formal e a participação cívica em geral. No entanto, as conclusões empíricas sobre estas relações são inconsistentes e continua a haver uma compreensão limitada sobre quais os fatores contextuais que mais influenciam as decisões individuais de voluntariado. A investigação mostrou que as pessoas que vivem em países mais religiosos tendem a fazer mais voluntariado, uma vez que as instituições religiosas promovem frequentemente normas pró-sociais, como a confiança e o altruísmo. A religião dominante também desempenha um papel importante; por exemplo, os países de maioria protestante tendem a registar taxas mais elevadas de voluntariado, enquanto nos países predominantemente ortodoxos ou muçulmanos, as instituições religiosas são menos propensas a promover o voluntariado. Nos países mais ricos, as pessoas geralmente têm maior acesso a recursos como tempo e dinheiro, bem como a uma gama mais ampla de organizações através das quais podem fazer voluntariado. Além disso, estudos descobriram que altos níveis de desigualdade social estão ligados a uma maior estratificação social, redução da confiança e cooperação e, em última análise, níveis mais baixos de envolvimento cívico.

A literatura identifica quatro características principais que definem o trabalho voluntário formal: é realizado voluntariamente, beneficia outras pessoas, não é remunerado e ocorre dentro de uma estrutura organizada. Esta última característica diferencia principalmente o voluntariado formal da ajuda informal. Especificamente, o voluntariado formal envolve a participação em ambientes estruturados — geralmente organizações — e é frequentemente direcionado a pessoas que o voluntário não conhece pessoalmente, como sem-abrigo, idosos ou residentes de países em desenvolvimento. Em contrapartida, o voluntariado informal refere-se a atos de ajuda não estruturados, geralmente direcionados a vizinhos ou membros da comunidade local. Assim, neste relatório sobre o estado da arte, focamo-nos exclusivamente no voluntariado formal.

Um estudo de Damian (2018) procurou identificar fatores culturais e económicos a nível nacional que explicam as variações no voluntariado formal dentro e entre os países europeus. Os resultados desafiam as suposições anteriores, mostrando que uma maior religiosidade e o facto de se viver em países de maioria protestante estão associados a taxas mais baixas de voluntariado formal, enquanto a filiação católica ou ortodoxa não tem um efeito significativo. Isto pode ser atribuído à secularização da Europa e à prevalência de organizações seculares no setor do voluntariado. Contrariamente às expectativas teóricas, a prosperidade económica de um país (por exemplo, o PIB per capita) não afeta significativamente o voluntariado, uma vez considerada a desigualdade de rendimentos. Em vez disso, a igualdade económica está mais fortemente associada a taxas mais elevadas de voluntariado formal, uma vez que as pessoas com baixos rendimentos em sociedades desiguais muitas vezes não têm os recursos ou a capacidade para participar. O estudo também conclui que as mudanças ao longo do tempo relacionadas com a religiosidade, o desenvolvimento económico e/ou a desigualdade não explicam significativamente as variações no voluntariado. Isto sublinha a importância de utilizar dados transversais repetidos para analisar tendências. Em geral, o estudo apoia a ideia de que, na Europa, as sociedades mais igualitárias e mais seculares tendem a apresentar níveis mais elevados de voluntariado formal. Contribui para a literatura existente, reforçando padrões conhecidos e enfatizando a necessidade de abordagens metodológicas rigorosas ao examinar mudanças ao longo do tempo.

Voluntariado e inclusão na Europa

O voluntariado é uma força transformadora que promove a coesão social, a inclusão e a igualdade em sociedades diversificadas. No contexto da UE, onde a imigração e a acessibilidade são desafios fundamentais, o voluntariado surge como uma ferramenta essencial para combater a exclusão social, incentivar a participação cívica e construir comunidades resilientes. De facto, o voluntariado é fundamental para transformar a diversidade em força, desde que seja implementado de forma inclusiva, ética e sustentável (Eurobask, 2012; Radford, 2024). De Lucas enfatiza que a integração é um processo político centrado na igualdade e no reconhecimento, para além da mera assimilação cultural (2012, p. 18). O voluntariado apoia este processo, criando espaços de interação entre os imigrantes e as comunidades de acolhimento, quebrando

ciclos de desprezo que evoluem para o ódio e a exclusão (de Lucas, 2012, p. 15). É importante propor políticas universalistas que envolvam toda a população para evitar a exclusão (Campelo et al., 2012, p. 174). Ao incluir grupos marginalizados, o voluntariado não só enriquece as perspectivas culturais, como também se alinha com os objetivos da UE de promover a inclusão e os direitos sociais (Radford, 2024, p. 4).

Nos programas dos museus, os voluntários recebem frequentemente formação em competências educativas e de liderança — oportunidades que não só aumentam a empregabilidade, mas também reforçam a autoestima e o sentido de propósito. Estes resultados estão em consonância com os benefícios interpessoais do voluntariado, tais como a construção de comunidades e a tolerância para com outras perspectivas (Radford, 2024, p. 4). O voluntariado também incentiva a aprendizagem ao longo da vida. Ao interagir com diversas culturas e realidades, os voluntários desenvolvem uma maior consciência dos desafios globais, como a desigualdade e a xenofobia. A diversidade é uma realidade estrutural da UE que requer uma gestão democrática, e os voluntários são agentes fundamentais nesse processo. Especificamente, nos museus, ela enriquece a compreensão da identidade e do património (Radford, 2024, p. 8).

Apesar do seu potencial, o voluntariado enfrenta desafios significativos, nomeadamente questões de sustentabilidade, uma vez que muitas iniciativas dependem de recursos limitados (Campelo et al., 2012, p. 171). As políticas que ignoram as necessidades reais dos imigrantes podem perpetuar a sua invisibilidade, um risco que também se aplica ao voluntariado (de Lucas, 2012, p. 18). Radford também identifica barreiras específicas no voluntariado em museus, tais como requisitos educacionais, compromissos de longo prazo e falta de apoio ou formação (Radford, 2024, p. 6). Além disso, especificamente em museus, iniciativas que não incluem adequadamente grupos desfavorecidos podem perpetuar a exclusão em vez de combatê-la (Radford, 2024, p. 10). Para superar estes desafios, o voluntariado deve basear-se na escuta ativa, na formação adequada e em compromissos flexíveis (Solanes, 2020). Portanto, o voluntariado é uma força motriz para a mudança social, promovendo a integração e a acessibilidade na UE. Ele transforma a

diversidade em força, promovendo a igualdade, o reconhecimento e o capital social (de Lucas, 2012; Campelo et al., 2012).

Voluntariado cultural

Com o avanço da globalização, as interações entre pessoas de diferentes países e culturas tornaram-se cada vez mais comuns. No entanto, estes encontros não estão isentos de tensões e desafios. O envolvimento com diferentes culturas — o que é percebido como «o outro» — pode levar a mal-entendidos, especialmente na ausência de ferramentas que facilitem a compreensão mútua. Neste contexto, o conhecimento intercultural torna-se fundamental, oferecendo uma base para compreender a si mesmo em relação aos outros.

Ao longo da história, o intercâmbio cultural tem sido constante. As culturas humanas não surgiram isoladamente, mas foram moldadas pelo contacto e pelo diálogo entre os povos. É precisamente nessas interseções que se revelam tanto as particularidades como as diferenças culturais. Os museus e museus de arte são geralmente instituições localizadas em um ou mais edifícios, dedicadas a colecionar, preservar e exhibir objetos que refletem a cultura humana, a história e o ambiente. O seu principal objetivo é educar e envolver tanto o público em geral como os especialistas. Na Europa, estas instituições desempenham um papel fundamental no apoio à sustentabilidade das comunidades, cidades e regiões em que operam. Economicamente, os museus contribuem através das taxas de entrada, despesas operacionais e aquisição de objetos culturais, patrimoniais e científicos. Culturalmente, ajudam a salvaguardar o património local, promovendo a educação e a comunicação pública. Politicamente, servem como plataformas para sensibilizar para questões de importância nacional, tais como o património cultural, a justiça social, a biodiversidade e a sustentabilidade. Socialmente, proporcionam espaços educativos e recreativos tanto para residentes como para visitantes e promovem a participação da comunidade através de programas de voluntariado. Desta forma, os museus são essenciais para o bem-estar económico, cultural e ambiental das suas comunidades.

Apesar da sua importância, os museus enfrentam atualmente vários desafios, incluindo restrições orçamentais, aumento dos custos operacionais,

reestruturação do pessoal e concorrência crescente com outras atrações turísticas. Para sobreviver num mercado competitivo, os museus estão a ser pressionados a diversificar as suas ofertas, gerar mais receitas e adaptar-se melhor aos interesses em constante mudança do público. Neste panorama em mudança, os voluntários tornaram-se cada vez mais vitais para o funcionamento dos museus. O voluntariado é definido como uma atividade voluntária e não remunerada realizada dentro de organizações sem fins lucrativos, em benefício da comunidade, e realizada livremente e sem coação em funções oficialmente designadas. Os voluntários de museus não só contribuem para as instituições e para a sociedade, como também obtêm benefícios pessoais com o seu envolvimento. Estes incluem a realização de interesses pessoais, a aplicação de competências, a sensação de competência nas suas funções e o prazer da interação social. Dada a quantidade significativa de tempo que muitos voluntários dedicam todas as semanas, o seu envolvimento pode assemelhar-se a uma forma de «voluntariado profissional». Curiosamente, pesquisas sugerem que o interesse pessoal, e não o altruísmo, é a principal motivação para muitos voluntários, que relatam que suas motivações se concentram em benefícios pessoais, como desenvolver hobbies, socializar ou se envolver em atividades significativas além de sua rotina habitual.

Os voluntários de museus podem desempenhar uma grande variedade de funções e papéis. Sheffer (1986) categoriza-os em três áreas principais: governança, gestão e funções específicas. Os voluntários baseados em tarefas são particularmente essenciais, contribuindo para quase todos os aspetos operacionais do museu. As suas responsabilidades podem incluir gestão de coleções (preservação, documentação, pesquisa); facilitar o acesso do público por meio de exposições, programas educacionais, interpretação e serviços de informação; e supervisionar a segurança, o marketing e as relações públicas. Eles também podem ajudar em funções internas, como angariação de fundos e tarefas administrativas. Muitos museus dependem fortemente deste apoio voluntário: sem ele, inúmeras instituições enfrentariam sérias dificuldades operacionais e, no caso de museus geridos por voluntários, poderiam até deixar de existir. Podemos considerar o voluntariado em museus como uma forma de «lazer sério» e «carreira de voluntariado».

De acordo com Smith et al. (2017), os indivíduos que demonstram um alto nível de dedicação e compromisso com as suas funções de voluntariado podem ser considerados «voluntários de carreira». Este tipo de voluntariado é caracterizado pelo envolvimento regular, com base em competências e conhecimentos, permitindo que os indivíduos desenvolvam uma «carreira» de longo prazo dentro de um ambiente social específico. Portanto, os museus devem valorizar — e não podem se dar ao luxo de perder — seus stakeholders leais, como grupos de amigos e voluntários, que geram e participam de lazer autogerado, acessando o mundo social do museu para desfrutar das recompensas do lazer sério. No entanto, os museus também estão cientes dos custos associados ao voluntariado: despesas de recrutamento e seleção para ajudar a filtrar candidatos potencialmente inadequados; custos de supervisão, que podem ser substanciais, especialmente se for contratado um coordenador de voluntários remunerado; e custos de formação, embora estes possam muitas vezes ser minimizados através da formação no local de trabalho ministrada por outros voluntários. Por fim, é importante enfatizar que os voluntários de museus podem desempenhar um papel fundamental na inclusão de indivíduos de diversas origens culturais ou comunidades diaspóricas. E como mediadores e intérpretes em museus, podem ajudar a criar novas narrativas com uma abordagem descolonial e restaurativa.

Inclusão e integração numa perspetiva europeia

Nas últimas duas décadas, foram feitos progressos na conceptualização e no desenvolvimento de estratégias para melhorar a integração e a inclusão dos imigrantes na União Europeia. Um ponto de viragem neste esforço foi a adoção da COM (2000) 757, que definiu a integração como «um processo bidirecional baseado em direitos mútuos e obrigações correspondentes dos nacionais de países terceiros que residem legalmente e da sociedade de acolhimento, permitindo a plena participação dos imigrantes» (Solanes, 2020). Desde então, tem sido enfatizado que a integração deve ser entendida a partir de uma perspetiva multidimensional e holística, envolvendo vários elementos e atores. Esta abordagem, apoiada pela Recomendação CM/Rec10 do Conselho da Europa (2022), visa gerir a diversidade como um recurso, articulando políticas multiníveis que envolvem governos, organizações civis e comunidades migrantes. Para tal, é essencial conceber a inclusão dos imigrantes na Europa de forma integrada, procurando e desenvolvendo fortes sinergias com as

estratégias da União Europeia (UE) e as propostas do Conselho da Europa, a fim de promover a igualdade e a coesão social. Só assim será possível garantir a plena inclusão e participação de todos os cidadãos nas sociedades pluralistas europeias.

É importante notar, no entanto, que a legislação da UE não exige a harmonização das disposições legais e regulamentares nacionais. Tanto as disposições da UE como as do Conselho da Europa servem como diretrizes para a coordenação dos Estados-Membros, mas não são vinculativas, embora possam orientar um programa de ação conjunta. Isto está descrito nos artigos 79.º e 80.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). A situação é diferente no domínio do direito de asilo, onde o desenvolvimento do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) exigiu a harmonização entre as regulamentações estatais. Da mesma forma, a convergência promovida pelo artigo 79.º, n.º 4, do Tratado de Lisboa, que apoia iniciativas europeias de ajuda às políticas de integração de imigrantes dos Estados-Membros, deixa margem para que estes Estados implementem as suas próprias políticas de integração de nacionais de países terceiros que residem legalmente no seu território (Solanes, 2020). Além disso, a ausência de uma política comum de integração e inclusão e de um instrumento jurídico secundário juridicamente vinculativo resulta em diferenças entre os países, embora exista um certo consenso que confere às políticas europeias de inclusão algumas características comuns (Porrás e Requena, 2022).

Neste contexto, como argumenta Solanes (2020), a política europeia de migração e asilo tem dado prioridade ao controlo das fronteiras e à proteção económica, relegando a integração dos imigrantes para um plano secundário.

Além disso, como observado pelo Conselho da Europa (CDADI, 2023: 7-8), as políticas de integração muitas vezes não cumprem as normas europeias de direitos humanos, incluindo as relacionadas com a coesão social, a igualdade e a não discriminação, o que coloca desafios ao Estado de direito. As leis relevantes incluem a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais, a Carta Social Europeia e a Convenção sobre a Participação dos Estrangeiros na Vida Pública a Nível Local. Portanto, em consonância com a própria orientação da UE, a integração eficaz requer a promoção de políticas de

gestão da diversidade que a tratem como um recurso e a promovam dentro das instituições através da luta contra a discriminação e da promoção da inclusão.

Integração e inclusão: duas perspectivas diferentes

No entanto, existem diferenças importantes entre integração e inclusão. De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2019: 107, 111), a integração refere-se ao processo bidirecional de adaptação mútua entre os migrantes e as sociedades em que vivem, através do qual os migrantes são incorporados na vida social, económica, cultural e política da comunidade de acolhimento. Em contrapartida, a inclusão (social) refere-se à melhoria da capacidade, das oportunidades e da dignidade das pessoas desfavorecidas, para que possam participar plenamente na sociedade. Assim, o termo «integração» é mais abrangente, uma vez que engloba conceitos relacionados, como a inclusão e a coesão social, embora estes termos possam, por vezes, ser utilizados de forma intercambiável. Nesta área, a Europa avançou, nas últimas duas décadas, no desenvolvimento de estratégias para promover tanto a integração como a inclusão. O documento COM (2000) 757 marcou um ponto de viragem ao definir a integração como um processo bidirecional de direitos e obrigações mútuos entre cidadãos de países terceiros que residem legalmente e as sociedades de acolhimento, permitindo a plena participação dos imigrantes. Esta comunicação enfatizou uma abordagem multidimensional e holística envolvendo várias partes interessadas. Este modelo, apoiado pela Recomendação CM/Rec(2022)10 do Conselho da Europa, procura gerir a diversidade como um recurso, articulando políticas a vários níveis que envolvem governos, organizações civis e comunidades migrantes. Trata-se de nacionais de países terceiros que residem legalmente na UE.

Nesta linha, o Conselho da Europa adotou a Recomendação CM/Rec(2022)10 em 6 de abril de 2022, durante a 1431.^a reunião dos Delegados dos Ministros. Esta recomendação promove políticas e governação multiníveis para a integração intercultural. Ela descreve três elementos fundamentais para a integração. Em primeiro lugar, o conceito de «integração intercultural» como resultado de um conjunto de políticas destinadas a alavancar o potencial da diversidade, gerir as suas complexidades e alcançar coesão, estabilidade e prosperidade.

Em segundo lugar, uma «abordagem holística» que coordena políticas de longo prazo em todos os níveis de governação para promover a igualdade, a pertença pluralista, a valorização da diversidade e a confiança social. Em terceiro lugar, a «governança multinível» que inclui os governos central, regional e local, bem como as organizações da sociedade civil. A sua implementação pode variar, mas idealmente envolve processos participativos para a cocriação de políticas, cooperação e coordenação entre todas as autoridades e partes interessadas relevantes.

Os princípios dessa integração intercultural baseiam-se na garantia da igualdade, na valorização da diversidade, na promoção de interações significativas e na promoção da cidadania ativa e da participação. No entanto, conforme declarado na seção 5 da recomendação, nenhuma de suas disposições tem como objetivo afetar “o estatuto jurídico dos migrantes ou das pessoas de origem migrante que residem num Estado-Membro ou as condições de entrada legal nesse território” (Solanes, 2020). É fundamental notar que, para o modelo intercultural, a coexistência entre diferentes grupos é fundamental — ou seja, o reconhecimento. Portanto, a inter-relação ativa é promovida como uma estratégia de sobrevivência, permitindo a regulação do conflito interétnico e a construção consensual da coexistência. Enquanto o multiculturalismo enfatiza o objetivo de reconhecer a diversidade através da identificação das diferenças, o interculturalismo concentra-se na construção de mecanismos que permitam a integração (Taylor, 2012).

Solanes (2024) acrescenta que a integração intercultural deve abordar as desigualdades socioeconómicas e jurídicas, promovendo a participação ativa dos imigrantes na sociedade. A este respeito, o voluntariado, segundo Venero, pode reduzir essas barreiras, oferecendo programas de mentoria, atividades em grupo e o desenvolvimento de competências sociais essenciais para promover a integração dos migrantes (2024). No entanto, os programas de voluntariado enfrentam desafios como a dificuldade em recrutar mentores devido ao estigma e à falta de recursos para formação especializada (Venero, 2024). Solanes propõe uma governança multinível para coordenar os esforços entre governos, ONGs e comunidades, utilizando fundos europeus como o Fundo Social Europeu Plus (ESF+) para financiar iniciativas inclusivas (Solanes, 2024). Esta abordagem é essencial para abordar as barreiras ao voluntariado.

Metodologia

Para o estado da arte e o desenvolvimento dos objetivos do MARVI, foram necessárias informações provenientes tanto da investigação empírica como da literatura. Esta última foi demonstrada na revisão da literatura, e a primeira investigação empírica foi realizada através de vários métodos qualitativos. Através de grupos focais e de uma análise distinta de 8 países europeus (Países Baixos, Bélgica, Alemanha, Reino Unido, França, Espanha, Portugal e Itália), o principal objetivo foi desenvolver uma comparação intereuropeia com base em dados empíricos. Isto foi feito para poder identificar as melhores práticas em linha com os objetivos do MARVI, tal como mencionado na introdução, os desafios comuns e as recomendações que poderiam ajudar a reforçar e replicar abordagens eficazes de voluntariado inclusivo nos museus europeus.

Para aprofundar a análise contextual nacional, o consórcio produziu um relatório nacional sobre o estado atual do voluntariado em geral e do voluntariado em museus em particular. Estes relatórios ofereceram uma visão aprofundada de cada um dos 8 países europeus e da heterogeneidade dos museus europeus e dos seus voluntários. Estes relatórios nacionais forneceram uma imagem clara e atualizada de como o voluntariado é visto e estruturado em cada país. Através deles, foi possível identificar tendências, modelos de participação, quadros jurídicos, políticas públicas, perfis de voluntários, bem como os principais desafios e oportunidades enfrentados pelo setor. Esta informação foi essencial para estabelecer pontos de partida comuns e compreender as diferenças e semelhanças entre os países participantes. Além disso, a comparação dos dados e experiências recolhidos nos relatórios nacionais permitiu a aprendizagem mútua, a troca de abordagens inovadoras e a criação de bases para a construção de uma rede colaborativa a nível europeu. Esta abordagem comparativa contribui para enriquecer o debate sobre o papel do voluntariado na cultura e para promover políticas mais inclusivas e sustentáveis.

Cada parceiro do consórcio organizou um grupo de discussão no qual voluntários de museus, gestores de voluntários e curadores se reuniram para discutir o foco principal do MARVI: *como podemos envolver o voluntariado*

para a inclusão no nosso museu? Cada grupo de discussão incluiu 8 a 10 indivíduos de diferentes géneros, incluindo voluntários ativos de museus, profissionais de museus (curadores, mediadores culturais, gestores, coordenadores de voluntários) e organizações do terceiro setor. Antes e durante os grupos de discussão, os participantes foram convidados a debater várias dimensões relacionadas com o estado do voluntariado no seu museu. Os participantes foram convidados a refletir sobre os seguintes temas: inclusão de indivíduos biculturais, pessoas com antecedentes migratórios e/ou diaspóricos e narrativas e es sobre a descolonização nos museus. Isto permitiu recolher: experiências pessoais de voluntariado em museus; motivações e barreiras à participação; necessidades de formação (não) identificadas; e a perceção dos participantes sobre o pessoal do museu. As sessões foram concebidas para incentivar a participação ativa de todos os perfis. Na secção abaixo, os insights obtidos a partir dos relatórios nacionais e dos grupos focais foram combinados e comparados, resultando em lacunas teóricas, empíricas e práticas que o projeto MARVI pretende preencher.

Voluntariado museológico contemporâneo na Europa: insights obtidos e melhores práticas descritas

Conforme demonstrado pela revisão da literatura, em toda a Europa, apesar dos diferentes contextos nacionais em termos de estruturas jurídicas, demografia dos voluntários e apoio institucional, os voluntários são cruciais para o apoio operacional e para a promoção de práticas inclusivas, reflexivas e descolonizadoras nos museus.

As tendências identificadas na compilação deste Relatório sobre o Estado da Arte indicam um reconhecimento crescente dos voluntários como parceiros na transformação dos museus em instituições democráticas e participativas. A Alemanha, a Bélgica e os Países Baixos apresentam uma forte integração de voluntários ativamente envolvidos na descolonização, na investigação da proveniência e na divulgação comunitária. Em França, no Reino Unido e em Espanha, há um compromisso institucional crescente em abordar os legados coloniais, com voluntários a servir como mediadores, intérpretes e co-criadores de narrativas mais equitativas. Embora a Itália e Portugal enfrentem desafios na integração total de abordagens descolonizadoras, há evidências claras de

que as partes interessadas nesses países reconhecem o potencial transformador dos voluntários, particularmente aqueles provenientes de comunidades migrantes e da diáspora, em tornar os espaços culturais mais inclusivos e promover o diálogo.

As evidências recolhidas indicam que o voluntariado em museus está a adaptar-se a mudanças sociais mais amplas, com a descolonização, o diálogo intercultural e a reavaliação das narrativas históricas a tornarem-se cada vez mais centrais para as missões dos museus. Os voluntários são vistos como cada vez mais envolvidos nestes esforços transformadores como mediadores, defensores e colaboradores, abordando questões críticas como legados coloniais, restituição e inclusão, à medida que as instituições procuram diversificar narrativas e públicos.

O facto de esta forma de voluntariado ir além de simplesmente preencher a escassez de recursos e incorporar uma abordagem dinâmica e participativa à gestão do património é altamente visível. Os voluntários estão a contribuir para remodelar os museus, tornando-os espaços mais reflexivos, acessíveis e socialmente responsáveis. O voluntariado em museus na Europa situa-se no nexo entre o envolvimento cívico e a transformação social, com os voluntários a participarem cada vez mais em processos críticos relacionados com os legados coloniais, a restituição e a representação inclusiva, à medida que os museus lidam ativamente com estas questões.

Exemplos de melhores práticas que já envolvem voluntários da diáspora e migrantes

O projeto Multaka na Alemanha é uma iniciativa pioneira em que refugiados e migrantes se voluntariam como mediadores culturais em museus. Esses voluntários usam as suas próprias experiências pessoais e culturais para preencher lacunas entre as coleções dos museus e públicos diversos. Eles *«facilitam o acesso às coleções, oferecendo narrativas pessoais que ressoam com públicos diversos»*. Ao partilhar as suas histórias e perspetivas, contribuem para criar espaços culturais mais inclusivos e acessíveis. O Multaka exemplifica como o envolvimento de voluntários pode desafiar

ativamente as narrativas tradicionais e promover o diálogo intercultural em contextos museológicos.

Museu Red Star Line na Bélgica:

Os voluntários do Museu Red Star Line, na Bélgica, muitos dos quais provenientes de contextos migrantes e da diáspora, estão ativamente envolvidos na interpretação das histórias de migração e no apoio a programas de sensibilização da comunidade. As suas contribuições ajudam a contextualizar as exposições do museu e a ligar as experiências históricas de migração às questões sociais contemporâneas. Este modelo ilustra como a integração de voluntários com contextos culturais relevantes pode reforçar os esforços do museu para representar narrativas diversas e envolver públicos mais amplos.

Através destes e outros exemplos, é possível ver como o voluntariado em museus na Europa está a evoluir para além do apoio operacional, tornando-se um elemento crucial do envolvimento cívico, do diálogo intercultural e da compreensão histórica. Neste contexto, há uma ênfase crescente na diversificação das bases de voluntários para incluir indivíduos de origens migrantes, diaspóricas e biculturais. Esta mudança visa enriquecer a relevância cultural dos museus e incorporar uma gama mais ampla de perspetivas nas suas narrativas e interpretações do património europeu no contexto global.

Os programas de voluntariado em museus estão cada vez mais alinhados com os esforços para abordar as histórias coloniais, amplificar as vozes marginalizadas e conectar-se com diversas comunidades. Isto representa uma mudança das funções tradicionais, focadas na preservação, para uma gestão do património mais participativa e eticamente consciente. Os voluntários com origens migrantes e biculturais são particularmente importantes para fazer a ponte entre os esforços institucionais e as experiências da comunidade.

O Museu Marítimo de Roterdão representa uma abordagem abrangente à descolonização, que inclui a alteração da apresentação das suas coleções, a revisão das estruturas organizacionais internas e a oferta de formação educacional para funcionários e voluntários. Os voluntários desempenham um papel fundamental como principais pontos de contacto para os visitantes e como agentes de mudança dentro da instituição. Recebem formação e participam no processo de reinterpretação das coleções. De acordo com o coordenador dos voluntários: *«Um dos objetivos é conseguir representar um conjunto diversificado de origens culturais nas exposições, mas também no que diz respeito aos voluntários e ao pessoal do museu.»* Além disso, o museu faz parte da rede **Musea Bekennen Kleur**, que promove políticas de diversidade e inclusão nos museus holandeses.

Descolonização através da diáspora e dos voluntários migrantes nos museus

Os museus obtêm inúmeros benefícios com o aumento da diversidade dos voluntários, incluindo experiências mais ricas para os visitantes e capacidades de programação ampliadas. Os visitantes, por sua vez, beneficiam de interações mais inclusivas, multilingues e pessoais.

Em países como a Alemanha, os Países Baixos e a França, voluntários de diversas origens desempenham um papel fundamental na investigação da proveniência, no envolvimento das comunidades da diáspora e na reavaliação do legado do colonialismo. Iniciativas como as partilhadas neste relatório exemplificam como voluntários com origens migrantes e da diáspora podem conectar instituições com grupos historicamente marginalizados. Embora o discurso descolonial esteja a desenvolver-se mais gradualmente em Portugal, Espanha e Itália, voluntários com antecedentes de migração e diáspora estão cada vez mais a atuar como mediadores culturais, especialmente em regiões ou instituições que procuram ativamente pontos de vista históricos mais inclusivos. Em toda a Europa, os voluntários estão a moldar ativamente as narrativas institucionais por meio de histórias, exposições e workshops, aumentando a relevância do museu ao incorporar experiências

contemporâneas de migração. Isso transforma os museus em plataformas culturais interativas, em vez de espaços exclusivamente educativos.

O programa de voluntariado do Museu Thyssen-Bornemisza, em Madrid, adotou uma abordagem descolonial durante o projeto expositivo «*Memória Colonial nas Coleções*». Os voluntários seniores da equipa educativa do museu receberam formação especial para reinterpretar a coleção de arte com foco na história colonial e em narrativas anteriormente silenciadas. A estes voluntários — incluindo migrantes e indivíduos biculturais — foi atribuída a função de guiar visitas e discussões que destacavam as perspetivas das culturas colonizadas, indo assim além das visões eurocêntricas das obras de arte. Ao incorporar histórias de povos indígenas e colonizados e reconhecer o passado colonial de Espanha, os voluntários ajudaram a criar um espaço para o diálogo sobre injustiças históricas. Esta iniciativa ilustra como os voluntários podem ser coeducadores em projetos de restituição e memória: eles não só aprendem sobre a proveniência e o património contestado, mas também envolvem os visitantes em conversas sobre a importância da repatriação e da reformulação das coleções. Esse envolvimento voluntário humaniza o processo de descolonização e demonstra um esforço coletivo e comprometido para reescrever narrativas dentro do museu.

Os programas de voluntariado com a inclusão intencional de indivíduos de origens migrantes, biculturais ou diaspóricas variam entre os museus. Podem incluir atividades relacionadas com exposições ou eventos específicos e/ou ações mais permanentes e as «nos bastidores» que contribuem para o funcionamento diário do museu. Exemplos disso são o já destacado projeto Multaka nos Museus Estatais de Berlim (Alemanha), onde refugiados são treinados como guias para oferecer visitas em árabe e alemão, apresentando objetos a partir de suas próprias perspectivas culturais, e o Museu Red Star Line, na Bélgica, onde o museu cooperou com jovens de origem migrante em um projeto de participação juvenil, resultando em uma exposição co-curada por esses jovens participantes.

Pluralismo interno: para alguns um mito, para outros uma realidade quotidiana

Um número crescente de museus está a reconhecer a pluralidade interna como um trunfo e está a rever ativamente as narrativas históricas para incluir vozes anteriormente silenciadas. A autocrítica institucional está a tornar-se mais prevalente, com maior abertura para questionar as práticas tradicionais dos museus e explorar novas formas de representação.

O Museu Real da África Central, na Bélgica, trabalhou com comunidades da diáspora africana para repensar as exposições da era colonial, uma revisão inclusiva que atraiu um público mais amplo e mais jovem após a reabertura do museu em 2018.

O Rijksmuseum, na Holanda, alinhou programas de voluntariado com esforços para confrontar a história colonial e elevar vozes marginalizadas, uma estratégia que ajudou a conectar o museu a novos públicos de diversas comunidades. Um passo inovador foi a curadoria de uma exposição focada no passado colonial holandês e no comércio transatlântico de escravos, que incluiu histórias pessoais de pessoas escravizadas e seus descendentes. Isso destacou o papel da Holanda na escravidão e integrou vozes da comunidade, marcando uma grande mudança em um museu tradicionalmente canónico.

Ao envolverem-se neste tipo de autorreflexão e ao abraçarem as contribuições voluntárias de grupos da diáspora, estes e outros museus alcançaram com sucesso visitantes que anteriormente se sentiam excluídos, construindo confiança e relevância junto de um público mais vasto e envolvendo com sucesso novos públicos.

O Museumnacht Maastricht é um evento anual que convida um público amplo e diversificado a experimentar museus de maneiras novas e dinâmicas — por meio de arte, performances, workshops e discussões — muitas vezes se estendendo pela noite. Ele se concentra na inclusão e na diversidade

cultural, com o objetivo de atrair públicos mais jovens e variados que normalmente não visitariam museus.

Delftse Blick é um projeto de longo prazo do Museu Prinsenhof Delft que convida residentes locais, especialmente de comunidades sub-representadas, a co-curadoria de exposições. A iniciativa dá voz a novas perspectivas sobre a história e o património da cidade, ajudando a remodelar a narrativa do museu a partir de um ponto de vista mais inclusivo e participativo. O museu colabora com as comunidades locais para cocriar exposições e obras de arte públicas, como o mural “Cherished” no distrito de Buitenhof, desenvolvido com os residentes e o artista BEYOND.

O voluntariado desempenha um papel crucial na construção de conexões entre museus e diversos grupos sociais, permitindo que algumas comunidades criem um “lar simbólico” e um senso de pertencimento por meio de seu relacionamento com essas instituições. Em certos casos, essa relação facilita a transmissão intergeracional, com jovens biculturais frequentemente explorando histórias familiares e lidando com feridas emocionais herdadas. Apesar dessas tendências positivas em direção a uma base de voluntariado mais diversificada nos museus da Europa, a integração e a inclusão são dificultadas por diversos contextos culturais caracterizados pela falta de confiança mútua, experiências migratórias negativas, políticas de assimilação e tensões geracionais decorrentes de silêncios históricos e diferentes compreensões do passado.

O envolvimento dos voluntários nos museus enfrenta desafios devido aos recursos e pessoal limitados, o que dificulta uma gestão e formação eficazes. Expectativas elevadas de compromisso, horários rígidos e, por vezes, práticas organizacionais ineficientes também podem dissuadir uma gama diversificada de voluntários. A ausência de programas de formação estruturados, com dependência de instrução ad hoc ou entre pares, complica ainda mais o desenvolvimento dos voluntários. Em alguns casos, a «falta de formação» ou o

«alto compromisso» são citados para excluir voluntários, potencialmente mascarando o desconforto com perspectivas não tradicionais.

As forças necessárias para a unidade

A frequente ausência de coordenadores de voluntários dedicados, com responsabilidades muitas vezes delegadas a outros voluntários ou funcionários existentes, pode resultar na subvalorização dos voluntários, especialmente quando agravada por disparidades educacionais.

Alguns voluntários não percebem nenhum plano estruturado nos museus onde atuam para aumentar a diversidade e abordar questões coloniais e relatam uma falta geral de conhecimento sobre descolonização na liderança dos museus. Barreiras estruturais persistem, com a inércia institucional e estruturas hierárquicas a impedir a partilha de poder e uma falta de compromisso estrutural a tornar os esforços de inclusão simbólicos, levando a uma participação voluntária que pode tornar-se simbólica e sem impacto significativo. Existe confusão ou negação em alguns museus em relação ao papel dos voluntários na transformação institucional e na mudança narrativa. As contribuições dos voluntários são frequentemente subvalorizadas no discurso descolonial, e os voluntários muitas vezes não recebem reconhecimento ou remuneração, apesar de seu envolvimento crucial. O voluntariado é às vezes visto como trabalho não remunerado, em vez de uma ferramenta para a inclusão significativa. Em alguns casos, os voluntários não têm poder de decisão e estão limitados a tarefas básicas.

As dinâmicas de poder desiguais são evidentes, com grupos influentes por vezes a resistirem às iniciativas de inclusão devido ao medo de perder o controlo ou o estatuto. Muitas pessoas com origens biculturais sentem-se sub-representadas nas instituições tradicionais, o que as leva a dar prioridade às suas próprias organizações comunitárias com base nos seus valores e na urgência percebida das questões. As organizações comunitárias muitas vezes carecem dos recursos financeiros das instituições formais, o que dificulta a sua participação significativa em projetos históricos. As práticas de recrutamento excludentes que dependem de redes informais limitam ainda mais a diversidade. Este é também o caso e das leis de neutralidade religiosa, como a proibição da Bélgica de símbolos religiosos em instituições públicas, que também servem para impedir a diversidade e a inclusão em funções de

voluntariado em museus voltados para o público, num contexto em que a maioria dos museus são instituições públicas. Em Portugal, a burocracia excessiva é citada como uma barreira comum. Alguns museus resistem à diversificação da programação por medo de perder o apoio de doadores conservadores.

Na Bélgica, o reembolso das despesas dos voluntários pode ser excludente, atraindo voluntários para setores com reembolsos mais elevados e limitando as oportunidades para aqueles com menos recursos de se envolverem no setor museológico, que normalmente oferece valores mais baixos de reembolso de despesas do que outros setores. Também na Bélgica, ligar o envolvimento ativo em museus ao lado de voluntários como parte de «programas de voluntariado» ao programa nacional de integração pode correr o risco de comprometer o envolvimento autêntico dos voluntários. Da mesma forma, embora a compensação financeira em Portugal possa aumentar o compromisso, também pode comprometer a natureza voluntária da participação. Recompensar os voluntários com acesso cultural ou créditos académicos pode incentivar o voluntariado em museus e remover algumas barreiras, uma vez que se pode atribuir um valor mais elevado ao tempo dedicado.

Para criar programas de voluntariado mais impactantes e equitativos, as instituições devem integrar ativamente o envolvimento dos voluntários em quadros mais amplos de descolonização e inclusão. Isto requer uma análise crítica das estruturas de poder existentes e um compromisso com a eliminação das barreiras sistémicas que podem impedir a participação de certos indivíduos ou comunidades. Devem ser tomadas medidas concretas para eliminar estas barreiras, que podem incluir a resolução de restrições financeiras através de subsídios ou reembolsos, a disponibilização de transportes acessíveis, a oferta de serviços de acolhimento de crianças e a adaptação dos horários dos programas para acomodar diversas necessidades e disponibilidades.

A formação adequada para gestores e curadores de voluntários de museus pode contribuir para reduzir e até eliminar algumas dessas barreiras. As evidências e os dados recolhidos para este relatório State of the Art apontam para uma série de elementos que devem ser considerados a este respeito. Os gestores e curadores de voluntários devem estar cientes da crescente

discussão pública em torno das histórias coloniais, que está a levar muitos museus a reavaliar as suas práticas. Para garantir que o voluntariado que organizam esteja alinhado com a visão descolonial do seu museu, os materiais de formação para gestores devem incluir a aquisição de habilidades e competências para avaliar se os programas de voluntariado oferecem uma participação significativa para indivíduos de comunidades marginalizadas ou se perpetuam hierarquias eurocêntricas. Os materiais e programas de formação devem preparar os gestores de museus para desenvolver e implementar modelos de participação inclusivos e colaborativos que levem em consideração os contextos históricos e culturais específicos de suas instituições.

Os gestores de voluntários e curadores devem ser apoiados para compreender que a pressão para se conformar pode suprimir identidades e vozes diversas e que indivíduos biculturais podem perceber a adaptação cultural como uma perda de liberdade. Eles precisam estar equipados para reconhecer qualquer resistência institucional a narrativas incômodas, como a relutância em abordar a escravidão, o que leva a histórias simplificadas ou distorcidas. Eles precisam ter o conhecimento e a confiança para abordar controvérsias em vez de ignorá-las, uma situação que pode marginalizar histórias complexas. Os gestores de voluntários e curadores precisam de ser ajudados a compreender plenamente que reinterpretar o passado através de lentes contemporâneas corre o risco de distorcer as experiências históricas e que reconhecer ativamente e reformular o passado colonial através de novas perspectivas pode fortalecer o impacto geral e o significado do seu museu para a comunidade local e para a sociedade em geral.

Os gestores de voluntários e curadores devem ser apoiados para compreender como as comunidades biculturais muitas vezes veem os museus como instituições elitistas que não refletem as suas histórias ou interesses. Devem ser equipados com a visão de que utilizar os museus como plataformas de mudança e educação permite a inclusão de histórias ocultas ou incômodas a partir de novas perspectivas, preservando a memória histórica e promovendo a cura coletiva. A formação para gestores de voluntários e curadores deve ajudá-los a compreender melhor como as novas gerações de voluntários podem revitalizar a missão do seu museu, dando voz ao seu sofrimento silenciado e levando a uma maior compreensão das suas próprias histórias através do

voluntariado, preenchendo as lacunas deixadas pelo silêncio das gerações mais velhas.

Os gestores de voluntários e curadores devem ser auxiliados por meio do treinamento para adquirir habilidades e competências sobre como integrar vozes e experiências diversas, não apenas nas exposições, mas também nas operações internas de seus museus. O treinamento deve enfatizar que a memória histórica e o impacto emocional de experiências dolorosas do passado continuam a afetar as pessoas e que o papel que desempenham e podem desempenhar na criação de espaços para processar essas emoções e promover o diálogo intergeracional é crucial. A transmissão intergeracional de emoções, como a raiva por injustiças passadas, motiva muitos jovens a participar e, neste contexto, quando essa energia e compromisso são aproveitados para o bem sob uma gestão especializada, jovens e adultos biculturais podem atuar como pontes entre museus e comunidades marginalizadas.

Museus europeus: ilhas ou juntos numa vasta terra?

A maioria dos programas de voluntariado nos museus europeus analisados como parte deste relatório é gerida diretamente pelos museus, embora alguns colaborem com organizações comunitárias locais dentro da sua esfera de influência. Os gestores de voluntários e curadores devem ser orientados na formação sobre como complementar os seus esforços diretos na procura individual de voluntários, estabelecendo parcerias com organizações comunitárias existentes. Esta abordagem melhora o acesso a comunidades diversas.

Os intercâmbios entre museus também podem promover a aprendizagem mútua e ajudar a manter altos níveis de motivação, e a formação também deve incluir ideias passo a passo sobre como implementar isso. A organização de eventos culturais e competições também oferece formas criativas de envolver indivíduos com diversos talentos e origens, e a formação sobre como fazer isso também deve ser fornecida juntamente com dicas sobre como usar as redes sociais, uma ferramenta poderosa para diversificar os perfis dos voluntários e atrair novos participantes.

Considerando o seu papel fundamental na formação de voluntários, os gestores e curadores de voluntários precisam de ser formados como formadores solidários e envolventes. Eles precisam de ter as habilidades e competências para garantir que equipas de voluntários bem treinados sejam capazes de apoiar uma ampla gama de serviços culturais (visitas guiadas, eventos, educação), humanizando a experiência do visitante, particularmente em locais de património. Grupos de voluntários bem treinados e diversificados podem preencher lacunas entre instituições e comunidades, amplificar vozes sub-representadas e aumentar o impacto das narrativas descolonizacionais. Os voluntários desenvolvem competências práticas (curadoria, organização de eventos), competências sociais (colaboração intercultural, comunicação) e um sentimento de pertença a um espaço cultural de prestígio. É vital investir para garantir que os gestores e curadores de voluntários de museus possam oferecer uma formação abrangente que vá além de instruções específicas para cada tarefa.

Esta formação deve equipar os voluntários com os conhecimentos e competências necessários para interagir eficazmente com populações diversas, compreender os contextos históricos e sociais das questões que estão a abordar e promover práticas culturalmente sensíveis e inclusivas. Funções e responsabilidades claramente definidas são igualmente importantes para garantir que os voluntários compreendem as suas contribuições e se sentem confiantes na sua capacidade de fazer a diferença. Os gestores e curadores de voluntários de museus precisam de compreender como garantir que isso aconteça. Devem também ser capazes de reconhecer e celebrar as conquistas dos seus voluntários e compreender claramente que muitas pessoas podem usar ou desejar usar a sua experiência de voluntariado como um trampolim para melhores oportunidades de carreira, maior participação cívica e/ou integração social mais ampla. Devem ter o conhecimento e as competências para garantir que, além dos interesses diretos do museu e da sua missão, o voluntariado facilite a integração, o desenvolvimento de competências e até mesmo o acesso ao emprego. Para tal, devem receber formação sobre os processos e procedimentos para a validação da boa qualidade da aprendizagem não formal e informal adquirida durante o voluntariado.

Os museus europeus podem alcançar uma restauração cultural e uma descolonização significativas envolvendo ativamente voluntários,

especialmente aqueles provenientes de comunidades diversas e da diáspora, na cocriação de narrativas e na promoção da mudança institucional. Isto permite que os museus se tornem espaços de memória partilhada, reflexão crítica e cura coletiva, transferindo o poder da narrativa.

No entanto, integrar voluntários de forma eficaz requer enfrentar desafios em termos de formação, definição de funções e reconhecimento, especialmente para indivíduos de origem migrante ou bicultural. Modelos de voluntariado inclusivo bem-sucedidos destacam o potencial de empoderar vozes sub-representadas e promover a compreensão intercultural.

A necessidade do MARVI

Para realizar todo o potencial do voluntariado cultural para a justiça social, a compreensão intercultural e o reconhecimento e restauração históricos, é necessária uma inovação política mais forte, uma programação inclusiva e uma responsabilidade institucional e . Os desafios persistentes incluem o progresso inconsistente na descolonização, a sub-representação de voluntários migrantes e biculturais e a necessidade de melhorar a formação e a clareza de funções, tanto para gestores como para voluntários.

Os principais fatores de sucesso incluem:

- Parcerias comunitárias: colaborar com grupos comunitários para criar experiências de voluntariado relevantes e impactantes, baseadas na confiança e no respeito mútuo, atendendo às necessidades identificadas pela comunidade e promovendo programas culturalmente sensíveis, enraizados no contexto local.
- Apoio linguístico e emocional: fornecer o apoio necessário para garantir a participação inclusiva.
- Cocriação com voluntários: Envolver voluntários no desenvolvimento de conteúdos e na mudança institucional.

A descolonização nos museus é um processo contínuo de reavaliação do poder, da autoridade e das narrativas, que requer introspecção institucional, reforma estrutural, transparência, humildade e poder partilhado. A integração do voluntariado inclusivo é crucial para cultivar ambientes mais equitativos, reflexivos e educativos. Enquanto algumas instituições demonstram práticas

descoloniais holísticas, outras oferecem gestos superficiais. Os museus tradicionais muitas vezes ainda apresentam culturas não europeias através de perspectivas tendenciosas. A sustentabilidade no envolvimento de voluntários pode ser alcançada através do recrutamento de voluntários de grupos marginalizados por meio de organizações comunitárias confiáveis e da realização de eventos introdutórios. É essencial abordar as barreiras linguísticas e culturais por meio de mentoria, apoio no local e espaços de aprendizagem informais.

A descolonização significa uma transformação fundamental nas relações dos museus com as comunidades, coleções e conhecimento. O voluntariado cultural, baseado no diálogo horizontal, no reconhecimento do conhecimento diversificado e na justiça social, serve como uma ferramenta poderosa para promover a descolonização institucional. Amplificar ativamente as vozes das comunidades marginalizadas e centrar as suas perspectivas na concepção e implementação de programas é vital para programas de voluntariado equitativos. Promover o diálogo intergeracional enriquece as experiências dos voluntários, combinando perspectivas e competências diversas. Por fim, embora as ferramentas digitais ofereçam benefícios para o recrutamento, a comunicação e a entrega e dos programas, o seu uso deve ser equilibrado para evitar o aumento das desigualdades e a exclusão de indivíduos sem acesso ou alfabetização digital.

Conclusão

Conforme demonstrado neste relatório sobre o estado da arte, o projeto Erasmus+ MARVI (Museus e Voluntariado em Restauro para a Inclusão) representa uma oportunidade fundamental para repensar o papel do voluntariado cultural em museus e arquivos a partir de uma perspectiva crítica e inclusiva. Neste contexto, chegar a conclusões e formular recomendações não é apenas um encerramento formal do processo de investigação e participação, mas também um ato político e transformador. Estas conclusões ajudam a identificar boas práticas, destacar tensões estruturais e gerar aprendizagem coletiva que pode informar futuras políticas culturais.

Uma dimensão central do MARVI tem sido o questionamento das estruturas pós- e neocoloniais que ainda persistem em muitas instituições culturais. A

descolonização não deve ser entendida como uma mera mudança nas narrativas, mas como uma transformação profunda na forma como os museus se relacionam com as suas comunidades, as suas coleções e o próprio conhecimento. Neste sentido, o voluntariado cultural — quando baseado no diálogo horizontal, no reconhecimento de diversas formas de conhecimento e na justiça social — pode ser uma ferramenta poderosa para promover processos de descolonização institucional. As conclusões do projeto devem tornar visível como o voluntariado pode (ou não) contribuir para essa mudança. Por exemplo, identificando se os programas de voluntariado oferecem espaços genuínos de participação a indivíduos de comunidades historicamente marginalizadas ou se reproduzem hierarquias eurocêntricas e relações verticais. As recomendações, por sua vez, devem ter como objetivo propor modelos de participação mais inclusivos e colaborativos, sensíveis aos contextos históricos e culturais de cada instituição.

Em suma, as conclusões não servem apenas como ferramenta de avaliação, mas também como base para a ação. A importância reside no potencial de promover práticas museológicas mais éticas, críticas e comprometidas com os valores da equidade, inclusão e diversidade.

Referências

Alves, S. A., & Sancho Quero, L. (2024). La decolonialidad como acción colectiva para la construcción de una narrativa humanizada en los museos. *Revista PH*, (111), 173-175.

Ambrosini, M., & Artero, M. (2023). Voluntariado imigrante: uma forma de cidadania a partir de baixo. *Voluntas*, 34(1), 252-262.
<https://doi.org/10.1007/s11266-022-00454-x>

Anderson, A., Rogers, A., Potter, E., Cook, E., Gardner, K., Murawski, M., ... & Machida, A. (2017). Interpretação: Libertando a narrativa. *MASS Action Toolkit*, 89-103.

Barndt, K., & Jaeger, S. (Eds.). (2024). *Museus, narrativas e histórias críticas: narrando o passado para o presente e o futuro*. De Gruyter Brill.

Cappadozzi, T., & Fonović, K. (2021). Voluntariado na Itália: Características e perfis de voluntários baseados em organizações e diretos. Em: R. Guidi, K. Fonović, & T. Cappadozzi (Eds.), *Contabilizando as variedades do voluntariado: Novos padrões estatísticos globais testados* (pp. 157-190). Springer.

Câmara Municipal de Leiria (s.d.). Programa Municipal de Voluntariado Cultural. Obtido em <https://www.cm-leiria.pt/areas-de-atividade/cultura/programa-municipal-de-voluntariado-cultural>

CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. (2018). Inquérito ao Trabalho Voluntário em Portugal 2018. Instituto Nacional de Estatística. Obtido em <https://cases.pt/inquerito-ao-trabalho-voluntario/>

CESA - Centro de Estudos Africanos e de Desenvolvimento. (2024). *Exposição «Desconstruir o Colonialismo, Descolonizar o Imaginário» em exibição no Museu Nacional de Etnologia a partir de 29 de outubro de 2024*. Obtido em <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/news/exhibition-deconstructing-colonialism-decolonizing-the-imagination-on-display-at-the-museu-nacional-de-etnologia-from-october-29-2024>

Círculo de Bellas Artes (2024). *Os museus perante a descolonização. Quando restituir significa algo mais do que devolver peças*. <https://www.circulobellasartes.com/mediateca/los-museos-espanoles-ante-su-descolonizacion/>

De Haas, H. (2003). *Migração e desenvolvimento no sul de Marrocos: os impactos socioeconómicos díspares da emigração no Vale do Oásis de Togha*. Amesterdão: De Haas.

Direção-Geral do Património Cultural. (s.d.). *Manual de acolhimento de voluntariado cultural*. Obtido em https://backend.museusemonumentos.pt/uploads/Manual_de_Acolhimento_de_Voluntariado_Cultural_519966a409.pdf

Fundação Eugénio de Almeida. (2025) Oportunidades de Voluntariado. Obtido em <https://www.fea.pt/social/voluntariado/ser-voluntario/em-outras-organizacoes>

Grbic, G. (2010). Significados sociais e culturais da tolerância: imigração, incorporação e identidade em Aotearoa, Nova Zelândia. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 36:1, pp.125-148.

Hagerty, B. M., Lynch-Sauer, J., Patusky, K. L., Bouwsema, M., & Collier, P. (1992). Sentido de pertença: um conceito vital para a saúde mental. *Arquivos de enfermagem psiquiátrica*, 6(3), 172-177.

Holmes, K. (2007). Voluntários no setor do património: um público negligenciado? Em: *Gestão e marketing de museus*. Routledge.

INE - Instituto Nacional de Estatística. (2018). Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018. Obtido em <https://www.ine.pt>

Conselho Internacional de Museus (ICOM). (s.d.). Diretrizes para programas de voluntariado em museus

Lopes, M. (2020). Programas de voluntariado em museus portugueses: um papel em evolução no património cultural. *Revista de Museologia de Portugal*, 34(2), 45-58.

Koning, H. (2017). Abordagens da educação patrimonial e exposições relacionadas com património sensível que podem servir de orientação na conceção de projetos educativos de arte em museus.

McAuliffe, P. (2021). Cumplicidade ou descolonização? Restituição do património de museus etnográficos «globais».

Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. (s.d.). «(De)Colonial Act». Obtido em <https://www.museudoaljube.pt/en/expo/de-colonial-act/>

Museu de Marinha. (s.d.). *Museu de Marinha - Página inicial*. Obtido em <https://www.museudomarinha.pt/en>

Museu do Aljube – Resistência e Liberdade. (s.d.). *Oportunidades de voluntariado*. Obtido em <https://www.museudoaljube.pt/en/volunteering/>

Museu do Fado. (s.d.). *Museu do Fado – Página inicial*. Obtido em <https://www.museudofado.pt/en>

Museu Nacional Ferroviário. (s.d.). *Programa de voluntariado*. Obtido em https://www.fmnf.pt/en/customer-service/volunteer-program/?utm_source=chatgpt.com

Museu Nacional de Arqueologia (s.d.). Público e Voluntariado. Obtido em <https://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=4967>

Museus e monumentos de Portugal (s.d.). Manual de Acolhimento de Voluntariado Cultural. Obtido em https://backend.museusemonumentos.pt/uploads/Manual_de_Acolhimento_de_Voluntariado_Cultural_519966a409.pdf

Procter, A. (2024). *El cuadro completo. La historia colonial del arte en nuestros museos*. Capitan Swing Libros.

Ravia, D. (2023). *Para além da descolonização das coleções dos museus: melhorar a inclusão através de programas de voluntariado: um estudo de caso dos museus de história holandeses e os efeitos da mudança de narrativa no sentimento de pertença experimentado pelos voluntários*. Tese de mestrado, Universidade Erasmus

Repositório RECIL – Universidade Lusófona. (2023). *Narrativas descolonizadoras nas exposições do Museu Marítimo Português*. Obtido em <https://recil.ulusofona.pt/items/4e5b52a9-4735-4ed9-bb75-4b80204dc286>

Schavemaker, M., Modest, W., Brandon, P., Fatah-Black, K., de Wildt, A., van Bijnen, E., ... Feenstra, M. (Eds.). (2024). *O Futuro do Passado Colonial Holandês*. Amsterdam University Press.

Sheffer, G. (Ed.). (1986). *Diásporas modernas na política internacional*. Croom Helm. Londres.

Smith, D. H. (2000). *Associações de base*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Smith, D. H. (2015a). «Associações Voluntárias». *Enciclopédia Internacional das Ciências Sociais e Comportamentais* (2). J. D. Wright, ed. Oxford, Reino Unido: Elsevier. pp. 252–260.

Smith, D. H., Stebbins, R. A., e Grotz, J. eds. (2017). *O manual Palgrave de voluntariado, participação cívica e associações sem fins lucrativos*. Springer.

Sul Informação. (2023, janeiro). *Vem aí um novo programa de voluntariado no Museu de Lagos*. Recuperado de <https://www.sulinformacao.pt/en/2023/01/vem-ai-um-novo-programa-de-voluntariado-no-museu-de-lagos/>

Velani, F., & Rosati, C. (2012). *Guia para o voluntário informado: A Magna Carta do Voluntariado para os Bens Culturais*. Cesvot.

Visser Travagli, A. M. (2011). O voluntariado nos museus italianos. A formação de profissionais e voluntários. *IL CAPITALE CULTURALE: Estudos sobre o valor do património cultural*, 2, 91-113. Edizioni Università di Macerata.

Anexos

Relatórios nacionais

Bélgica

O nível nacional de voluntariado na Bélgica em 2022 indica que 2 656 968 pessoas estavam envolvidas em atividades de voluntariado, representando 22,74% da população total da Bélgica. [Base de dados de voluntariado](#)

«O quadro jurídico na Bélgica reflete o carácter federal do Estado e as especificidades das três principais comunidades, a neerlandesa, a francesa e a alemã. O quadro jurídico do voluntariado é principalmente regulado a nível federal, enquanto cada uma das três comunidades tem as suas próprias boas práticas. Cada comunidade tem o direito e a possibilidade de estabelecer regras específicas sobre o voluntariado, através da promulgação de decretos que se enquadram no quadro estabelecido pela legislação federal. A Lei sobre os Direitos dos Voluntários, adotada em julho de 2005 e em vigor desde janeiro de 2006, começa com uma definição clara do que se pode entender por «voluntariado»:

«O voluntariado é uma atividade realizada por um indivíduo, de forma gratuita e não remunerada, e que não visa o seu próprio benefício nem o de amigos próximos ou familiares, mas sim a própria organização, um determinado

objetivo ou a sociedade em geral, no âmbito de uma organização sem fins lucrativos» ([Lei original](#)), ([Relatório nacional BE.doc](#)).

A lei regula, entre outras questões, as seguintes: voluntariado por pessoas que recebem subsídios do Estado

subsídio do Estado; reembolso das despesas incorridas pelos voluntários; responsabilidade dos voluntários; obrigações de seguro; dever de informação. A lei estabelece critérios para o voluntariado por pessoas com diferentes tipos de subsídios do Estado, tais como subsídios de desemprego ou subsídios de saúde, e também estabelece limites aos montantes que um voluntário pode ser reembolsado ao longo de um ano. A questão da responsabilidade visa principalmente proteger o voluntário, especialmente se o voluntariado for realizado através de uma organização legal, mas existem diferenças no que diz respeito à responsabilidade dos voluntários fora de uma organização formalizada. Disposições semelhantes aplicam-se ao seguro dos voluntários. Esta diferença entre voluntários de organizações legalmente registadas e voluntários fora deste tipo de organização é reconhecida como uma fraqueza do quadro jurídico, uma vez que regula um tratamento diferente para os voluntários e pode, assim, inibir o voluntariado espontâneo, fora de uma organização legalmente registada» [de Infraestrutura de voluntariado na Europa, por Eva Hambach](#).

Ao longo do tempo, a lei foi atualizada (por exemplo, uma alteração em 2019) para ampliar e esclarecer os direitos dos voluntários. Por exemplo, desde 2014, os regulamentos garantem que cidadãos não pertencentes à UE com residência legal (incluindo requerentes de asilo) possam ser voluntários sem precisar de uma autorização de trabalho, refletindo uma escolha política de abrir o voluntariado a todos os que estão legalmente na Bélgica ([Lei original](#)) ([Relatório nacional BE.doc](#)). O principal benefício trazido pela lei é a criação de um quadro unificado que orienta a atividade das organizações que envolvem voluntários. A lei é acompanhada por vários regulamentos específicos do setor e também estabelece regulamentos específicos. A sua implementação é supervisionada por órgãos governamentais de acordo com o nível de governo (federal, estadual, local) e com competências específicas (relacionadas com o desemprego, impostos, etc.)».

A Bélgica também criou um Conselho Superior de Voluntários (Conseil Supérieur des Volontaires) em 2002 como órgão consultivo permanente do Ministro dos Assuntos Sociais ([2.2 Administração e governação do voluntariado juvenil](#)). Este conselho reúne as partes interessadas para aconselhar o governo sobre questões relacionadas com o voluntariado e para abordar questões práticas em diferentes setores (por exemplo, seguros para voluntários, questões fiscais, etc.). Além disso, as comunidades linguísticas da Bélgica têm as suas próprias redes de apoio ao voluntariado (por exemplo, a Plateforme francophone du Volontariat na comunidade francófona e a Vlaanderen Vrijwilligt na Flandres), que fornecem recursos, formação e informações sobre a lei do voluntariado a associações e voluntários. Um relatório elaborado pela Fundação Rei Balduíno sobre o voluntariado na Bélgica, a pedido do Estado, mostra que 23% das atividades de voluntariado estão relacionadas com a cultura, em associações socioculturais ou com temas relacionados com a natureza. ([Relatório](#)). Não existe uma estatística consolidada única para o voluntariado em museus a nível nacional, mas podemos observar um envolvimento significativo através dos sites dos museus.

Por exemplo, nos Museus Reais de Belas-Artes da Bélgica em Bruxelas (um complexo museológico federal), cerca de 100 voluntários estão ativos apenas nos serviços de acolhimento e informação aos visitantes, organizados através da associação Amigos do museu ([Torne-se um Amigo – Museus Reais de Belas-Artes da Bélgica](#)).

O Museu Real da África Central (AfricaMuseum) em Tervuren também tem um programa de voluntariado e procura regularmente «voluntários motivados que queiram apoiar o trabalho diário» do museu ([Voluntários | Museu Real da África Central - Tervuren - Bélgica](#)). As tarefas oferecidas incluem trabalhar com o público ou ajudar os funcionários nos bastidores.

O Instituto Real de Ciências Naturais em Bruxelas contrata voluntários (muitas vezes através do seu grupo «Amigos do Instituto» ou de projetos de ciência cidadã) para ajudar nas coleções e na investigação (por exemplo, preparação de fósseis, catalogação de espécimes) e na educação pública ([Découvrir & per | des Sciences](#) naturelles).

Estes exemplos ilustram que, mesmo nos grandes museus, os voluntários são integrados na força de trabalho de forma estruturada (geralmente complementando o pessoal profissional). Além dos museus, os arquivos e bibliotecas também são instituições culturais relacionadas que fazem uso de voluntários. Os Arquivos Nacionais da Bélgica recrutam há anos voluntários – geralmente historiadores aposentados, entusiastas da história local ou genealogistas experientes – para ajudar a preservar e tornar acessíveis as suas coleções <https://www.arch.be/index.php?l=fr&m=en-pratique&r=devenir-benevole>. Eles trabalham em tarefas como indexar registos históricos (tais como registos notariais ou documentos civis antigos), realojar e etiquetar ficheiros de arquivo, ajudar arquivistas a preparar documentos para investigadores, ajudar nas tarefas da biblioteca e até contribuir para exposições e projetos de digitalização.

De acordo com [as estatísticas](#) do Eurostat [sobre migração e população migrante](#), em 1 de janeiro de 2023, havia cerca de 606 600 nacionais de países terceiros (TCNs), representando 5,2% da população, e outros 981 700 cidadãos da UE (8,4%) a viver na Bélgica na altura. Os dados sobre o número de voluntários biculturais ou com antecedentes de migração ou diáspora na Bélgica são escassos. No entanto, a postura jurídica inclusiva da Bélgica e os projetos ativos sugerem um compromisso com o envolvimento dos migrantes. A mudança em 2014 abriu o voluntariado a «qualquer estrangeiro com autorização de residência», o que permitiu a muitos recém-chegados envolverem-se como voluntários desde as fases iniciais da sua integração.

O Conselho Superior de Voluntários e os centros regionais de integração incentivam as associações a abrirem as suas portas a voluntários de origem estrangeira. Vários exemplos de envolvimento de migrantes como voluntários são, por exemplo, em maio de 2023, o governo belga, em colaboração com a Plataforma para o Serviço ao Cidadão, iniciou um programa que permite a jovens requerentes de asilo com idades entre 18 e 25 anos fazerem voluntariado durante seis meses numa das 800 organizações membros da Plataforma para o Serviço ao Cidadão. A iniciativa envolveu mais de 600 jovens em 2022 ([Um artigo](#))

A Plateforme francophone du Volontariat (PFV) criou um «kit de ferramentas para o voluntariado de recém-chegados e requerentes de asilo» com

orientações práticas para voluntários e organizações ([Pour un volontariat ouvert aux nouveaux arrivants](#)). Também administram a rede «Volonterre d'Asile», partilhando as melhores práticas sobre o envolvimento de refugiados em trabalhos voluntários produzindo uma série de histórias como parte da nossa campanha de 2020 [«Recém-chegados hoje, voluntários amanhã? Juntos na aventura!»](#)

Um programa notável que aproveita o potencial dos voluntários biculturais é o DUO for a JOB, uma ONG belga que une jovens candidatos a emprego de origem imigrante com profissionais mais velhos e experientes como mentores (que atuam como voluntários) <https://www.unhcr.org/be/que-pouvez-vous-faire/portez-vous-volontaire>

Outro exemplo é a SINGA Belgium, que cria redes baseadas em voluntários que ligam locais e recém-chegados para atividades sociais. De acordo com o relatório de 2023, 305 voluntários participaram na organização e facilitação de atividades (36 dos 103 eram recém-chegados!) ou no apoio à integração de indivíduos recém-chegados. [Relatório de 2023](#), <https://en.singa-belgium.org/>

O Museu Red Star Line foi pioneiro em programas de voluntariado que envolvem migrantes como guias e anfitriões, criando uma situação vantajosa para a integração e a experiência dos visitantes. O exemplo do Museu Red Star Line centra-se em voluntários linguísticos: <https://redstarline.be/nl/pagina/taalvrijwilligers>

O voluntariado em museus envolve uma ampla gama de tarefas e atividades que apoiam a missão da instituição. O conceito é que os voluntários complementam e aprimoram o trabalho da equipe profissional, muitas vezes dedicando tempo a tarefas que melhoram a experiência dos visitantes ou o cuidado com as coleções. As funções e tarefas comuns incluem:

Muitos voluntários de museus atuam como docentes ou guias turísticos, conduzindo visitas guiadas ou fornecendo informações aos visitantes nas salas de exposição. Os voluntários geralmente recebem formação para realizar essas tarefas interpretativas. Em alguns casos, eles podem trabalhar no balcão de boas-vindas ou na recepção, digitalizando bilhetes ou orientando os visitantes sobre onde ir. Os voluntários muitas vezes ajudam na organização de eventos, workshops ou dias especiais do museu. Isso pode incluir tarefas como preparar

salas, registrar participantes ou até mesmo demonstrar artesanato e atividades (especialmente se o voluntário tiver conhecimentos específicos). Alguns voluntários trabalham nos bastidores com tarefas de curadoria ou arquivamento. Podem ajudar a catalogar novas aquisições, e ar etiquetas e classificar itens da coleção ou introduzir dados em bases de dados. Por exemplo, o Instituto Real de Ciências Naturais (<https://www.naturalsciences.be/fr/decouvrir-participer/sciences-participatives>).

Os voluntários dos Arquivos do Estado, por exemplo, realizam tarefas como indexar registos arquivísticos, realojar documentos em pastas protetoras, ajudar arquivistas na preparação de exposições e até mesmo ajudar a introduzir dados em bases de dados genealógicas ([Devenir bénévole / volontaire - Archives de l'État en Belgique](#)) ([Devenir bénévole / volontaire - Archives de l'État en Belgique](#)). Estas são tarefas especializadas que melhoram significativamente o acesso a documentos históricos para investigadores. Na arqueologia, os voluntários podem juntar-se a equipas de escavação durante as escavações. Sob supervisão profissional, ajudam na escavação, limpeza de artefactos, peneiração do solo ou documentação das descobertas. A Bélgica tem organizações como a Archéolo-J que coordenam acampamentos arqueológicos voluntários para jovens, indicando uma forma estruturada de os voluntários se envolverem em escavações ([2024 - Fouilles archéologiques ouvertes aux étudiants](#))

Podemos distinguir várias categorias de voluntários com base nas suas funções, motivações ou afiliações. Aqui estão algumas categorias comuns, com exemplos: Amigos do Museu: normalmente, um grupo sem fins lucrativos de apoiantes, membros e doadores que angariam fundos e fornecem voluntários. Por exemplo, os Amigos dos Museus Reais de Belas Artes da Bélgica são uma associação de mais de 3000 amantes da arte que apoia os museus de arte nacionais em Bruxelas ([Torne-se um Amigo – Museus Reais de Belas Artes da Bélgica](#)). As associações de amigos frequentemente incluem patronos e doadores (pessoas que doam dinheiro ou arte ao museu), bem como voluntários ativos – de facto. Os Amigos do Musée L foram criados em 1985 por um professor, juntamente com outros «fundadores, doadores e voluntários do museu», e ao longo dos anos construíram uma rede entusiasta de apoiantes.

Hoje, essa associação tem mais de 1000 membros e cerca de 30 voluntários regulares que contribuem ativamente para as atividades do museu ([Les Amis du Musée L | Musée L](#)).

Guias e docentes voluntários: esta categoria refere-se a indivíduos que se voluntariam principalmente para educar e orientar o público. Os museus maiores costumam ter um corpo de docentes voluntários que recebem formação em história da arte ou comunicação científica para conduzir visitas guiadas. Os museus mais pequenos podem simplesmente contar com moradores locais conhecedores para guiar os visitantes aos fins de semana. Voluntários de coleções e pesquisa: Às vezes chamados de “*pesquisadores sem fins lucrativos*” ou “*voluntários científicos*”, esses são voluntários que contribuem com seus conhecimentos para o trabalho de pesquisa ou curadoria do museu. Eles podem ser arqueólogos amadores, historiadores amadores ou estudantes aspirantes. Na Bélgica, um bom exemplo é o grupo de voluntários dos Arquivos do Estado: muitos são genealogistas ávidos ou historiadores locais que se voluntariam para ajudar a classificar e interpretar materiais de arquivo ([Devenir bénévole / volontaire - Archives de l'État en Belgique](#)). Estes voluntários funcionam de forma semelhante a assistentes de investigação ou catalogadores não remunerados.

Esta categoria ganhou importância com a pressão para que os museus fossem mais inclusivos. Trata-se de voluntários que fornecem ao museu conhecimentos culturais especializados ou ligações com a comunidade. No caso dos museus etnográficos e históricos, isso pode incluir membros da diáspora ou de comunidades indígenas que atuam como consultores, contadores de histórias ou demonstradores de práticas culturais. No caso da Bélgica, o AfricaMuseum encomendou projetos a artistas e ativistas da diáspora africana como parte da sua estratégia de descolonização. Embora os artistas possam ser remunerados pela sua arte, os ativistas que colaboram em workshops ou fornecem feedback muitas vezes fazem-no a título voluntário/consultivo.

Um patrono de um museu também pode oferecer o seu tempo como voluntário no conselho ou no planeamento de eventos. Nos grupos de amigos, os principais doadores são frequentemente voluntários honorários que ajudam a liderar a associação. Por exemplo, o caso dos Amigos do Musée L mostra

fundadores e *doadores* no grupo de voluntários ([Les Amis du Musée L | Musée L](#)). Esta categoria sublinha que as contribuições para um museu podem ser multifacetadas – alguém pode começar como voluntário e mais tarde doar fundos, ou vice-versa.

Estes são voluntários que não estão continuamente envolvidos, mas que participam em projetos específicos ou necessidades de curto prazo. Muitos museus têm oportunidades de voluntariado, por exemplo, para um projeto de digitalização de verão, um período de instalação de exposições ou um festival anual. Os estudantes universitários podem ser voluntários durante as férias numa escavação arqueológica ou para ajudar a organizar um evento cultural. Esses voluntários não se enquadram na estrutura anual, mas são cruciais durante os períodos de pico. Os museus belgas, por exemplo, costumam recrutar ajudantes extras para grandes eventos públicos, como a Noite dos Museus de Bruxelas ou os dias do património. Mesmo os museus maiores podem ter eventos de «dia do voluntariado», em que voluntários corporativos vêm para um dia de serviço (como repintar uma galeria ou mover coleções). O Museu SMAK, em Ghent, tem 20 voluntários d s que trabalham na Quinta-feira Tarde, no Dia dos Professores, no Dia da Arte Infantil, na Matiné de Arte ao Domingo, na Noite dos Museus... e a lista continua (<https://smak.be/en/news/de-vrijwilligers-van-s-m-a-k>).

Todas estas categorias mostram as diversas formas como as pessoas se envolvem como voluntárias em museus – desde guias semanais regulares a ajudantes em eventos pontuais, desde adolescentes locais a académicos internacionais. Os museus normalmente coordenam estas funções através de um gestor de voluntários ou da liderança da associação de Amigos.

Na Bélgica, este equilíbrio está, na verdade, codificado por lei. «*Um voluntário não pode realizar a mesma atividade tanto como funcionário como voluntário para o mesmo empregador... deve ser feita uma distinção clara entre a atividade que se realiza como funcionário remunerado e a atividade que se realiza como voluntário.*» ([Relatório nacional BE.doc](#)). Isto significa, por exemplo, que se um museu emprega guias ou intérpretes profissionais, não deve usar voluntários para fazer exatamente o mesmo trabalho no mesmo contexto, especialmente com o efeito de substituir ou prejudicar os funcionários remunerados.

Na prática, a compatibilidade é alcançada através da diferenciação de funções e da colaboração. Os guias profissionais de museus são geralmente certificados ou têm formação especializada e são pagos para realizar visitas guiadas aprofundadas, programas educativos e interpretação académica. Os voluntários também podem guiar visitas, mas normalmente numa capacidade mais limitada (talvez apenas visitas guiadas gerais aos pontos altos ou visitas guiadas por voluntários ao fim de semana) ou em áreas onde o pessoal do museu não oferece cobertura. Muitos museus reservam certos tipos de visitas para profissionais — por exemplo, visitas de grupos escolares podem ser sempre conduzidas pela equipa de educação do museu, enquanto uma visita gratuita conduzida por voluntários para visitantes individuais pode ser oferecida aos domingos. Os voluntários geralmente realizam tarefas de orientação mais leves ou complementares: cumprimentar e orientar os visitantes, responder a perguntas básicas nas galerias ou conduzir visitas não críticas, melhorando assim a experiência do visitante sem tirar o trabalho dos guias remunerados.

Os museus também costumam emparelhar voluntários com profissionais. Um voluntário pode servir como assistente numa visita guiada conduzida por um profissional, ajudando a organizar o grupo ou a distribuir materiais. Do ponto de vista dos guias profissionais, desde que o seu emprego esteja seguro e os voluntários sejam devidamente treinados e supervisionados, ter voluntários pode até ser uma vantagem. Isso permite que os profissionais deleguem tarefas mais simples e se concentrem em trabalhos que exigem alta qualificação. Para intérpretes (como aqueles que fornecem traduções ou interpretação em linguagem de sinais em museus), aplica-se uma lógica semelhante: os voluntários podem ajudar na interpretação de maneira informal (por exemplo, um voluntário multilíngue pode ajudar espontaneamente um turista), mas os serviços oficiais de tradução ou interpretação permanecem com os profissionais para manter a qualidade.

Em resumo, o voluntariado em museus é concebido para ser compatível com funções profissionais remuneradas através de salvaguardas legais e uma conceção cuidadosa das funções. A exigência legal belga de uma distinção é uma base sólida. Os museus cumprem-na, garantindo que nenhuma descrição de funções de voluntariado é uma cópia de um trabalho remunerado. Em vez

disso, voluntários e profissionais trabalham lado a lado, com os voluntários a alargar o alcance do museu e os profissionais a garantir a qualidade essencial.

Nos últimos anos, a Bélgica tem lutado para “descolonizar” as narrativas apresentadas nos seus museus e instituições patrimoniais, especialmente aquelas que tratam da história colonial. Isso vem na esteira de um acerto de contas mais amplo com o legado do colonialismo belga no Congo, Ruanda e Burundi. Várias iniciativas e projetos surgiram para introduzir narrativas mais críticas e inclusivas que reconhecem as injustiças do passado e incluem as vozes dos povos colonizados e seus descendentes.

Os esforços mais proeminentes centraram-se no Museu Real da África Central (RMCA) em Tervuren. Foi realizado um grande projeto de renovação (2013-2018) com o objetivo explícito de reexaminar a narrativa colonial. O museu reabriu em dezembro de 2018 com exposições renovadas destinadas a confrontar a sua própria história. A administração do AfricaMuseum deu grande ênfase à inclusão e à diversidade como pilares da descolonização, trazendo vozes externas para reformular o conteúdo.

Outra iniciativa do RMCA foi encomendar arte contemporânea e contribuições de artistas e ativistas africanos como parte das novas exposições. A ideia era justapor artefactos e estátuas da era colonial com obras modernas que os criticassem ou recontextualizassem. A administração do museu afirmou explicitamente que «encomenda projetos criados por artistas e ativistas africanos da diáspora como estratégia descolonial ([Um Artigo](#))».

Em 2023, para o seu 125.º aniversário, o Museu da África lançou um programa especial intitulado «125/5» com o tema central da descolonização. Este incluiu uma variedade de atividades públicas, tais como workshops, espetáculos e visitas guiadas que abordavam explicitamente o colonialismo. Notavelmente, o museu fez parcerias com grupos externos: por exemplo, um workshop sobre a descolonização do museu foi organizado pela BAMKO, um coletivo afro-feminista com sede em Bruxelas que luta contra o racismo. Houve também workshops sobre o impacto da colonização organizados pela Kuumba (a casa cultural flamengo-africana em Bruxelas ([Um Artigo](#))).

O Museum aan de Stroom (MAS) em Antuérpia criou uma exposição especificamente sobre a sua coleção colonial e envolveu ativamente a diáspora

congolesa em Antuérpia no processo. A exposição apresentou 100 objetos congolese e investigou como foram recolhidos, o que significavam para as comunidades congolese e o legado da sua aquisição ([Um artigo](#))

O Museu Real de Belas Artes de Antuérpia (KMSKA), recentemente reaberto em 2022, conduziu uma investigação para confrontar as suas próprias ligações à era colonial. Antes da reabertura, o KMSKA revisou a sua história colonial, examinando como o dinheiro ou as atividades coloniais podem ter contribuído para as suas coleções e edifício ([Revisão da história colonial do KMSKA](#)). Um relatório publicado agora aborda abertamente temas como o financiamento colonial de aquisições de arte e o contexto do museu na Bélgica imperial do século XIX. Por exemplo, o museu investigou a Exposição Mundial de 1894 em Antuérpia, que incluiu um zoológico humano de congolese na sua praça, e o envolvimento de funcionários do museu nesse evento. Ao reconhecer esses aspetos «pouco edificantes» do seu passado e resumir as conclusões juntamente com as «ambições para o futuro», o KMSKA integrou uma consciência descolonial na sua narrativa e política institucional.

A descolonização das narrativas dos museus é um projeto contínuo e iterativo. Alguns críticos argumentam que, apesar das renovações, instituições como o AfricaMuseum ainda têm um longo caminho a percorrer, indicando inconsistência. Esta crítica sugere que a verdadeira descolonização requer mudanças profundas na mentalidade e na estrutura, e não apenas atualizações cosméticas. «O artigo problematiza a ideia de inclusão e diversidade como dois elementos principais da descolonização sobre os quais a administração do AfricaMuseum insiste. Baseando-se no trabalho de estudiosos como AnaLouise Keating (2012), Karen Barad (2014) e Denise Ferreira da Silva (2016)».

As contribuições voluntárias tornaram-se uma parte valiosa da cultura museológica belga na última década. Muitos museus na Bélgica formaram os seus próprios círculos de voluntários ou estabeleceram parcerias com associações de “amigos do museu”. Essas associações de amigos são frequentemente dirigidas por voluntários e oferecem uma forma estruturada para os entusiastas contribuírem.

Aqui estão alguns exemplos:

- Museus Reais de Belas-Artes da Bélgica (Bruxelas) – Os Amigos dos Museus Reais de Belas-Artes apoiam o museu com um grande corpo de voluntários. Cerca de 100 voluntários ajudam na recepção e informação aos visitantes e auxiliam vários departamentos do museu em projetos ([Torne-se um Amigo – Musées royaux des Beaux-Arts de Belgique](#)).
- Museus Reais de Arte e História (Bruxelas) – Este grupo de museus federais (que inclui o Museu Cinquenaire e outros) tem recrutado ativamente voluntários para funções de atendimento ao público. Por exemplo, um convite de 2022 convidou voluntários para ajudar a receber visitantes nos fins de semana nos museus (incluindo o Museu de Instrumentos Musicais), oferecendo vantagens como acesso gratuito às exposições <https://art-histoire.be/les-mrah-recrutent-des-volontaires>
- Museu Real da África Central (Tervuren) – mantém um programa de voluntariado contínuo para apoiar as suas operações diárias. Convida regularmente voluntários motivados (através de uma convocatória aberta no seu site) para ajudar nas tarefas e juntar-se à sua equipa, especialmente se gostarem de interagir com o público https://www.africamuseum.be/fr/get_involved/volunteers
- O Instituto do Património de Guerra, que supervisiona o Museu Real do Exército e outros locais (Bruxelas), beneficia de voluntários dedicados nas suas operações. Um exemplo notável é a associação afiliada ao Museu Belga dos Tanques: conta com cerca de 60 voluntários principais que ajudam a manter e restaurar tanques históricos e veículos blindados da coleção nacional ([Museu Belga dos Tanques | Campo de Batalha da Europa na Bélgica](#)).
- Museu Red Star Line (Antuérpia). Todos os voluntários são estudantes de holandês no museu que praticam o idioma enquanto servem como anfitriões para visitantes ([Taalvrijwilligers | Museu Red Star Line](#)). O programa é mutuamente benéfico: os voluntários melhoram o seu holandês num contexto significativo e o museu fortalece a sua ligação com as diversas comunidades da cidade. O museu incluiu pessoas da Síria, Marrocos, Polónia e outros países, refletindo a diversidade de Antuérpia

- O Museu de Belas Artes de Ghent (MSK) contratou voluntários para apoiar exposições e divulgação pública (<https://www.mskgent.be/community>).
- O S.M.A.K. (Museu de Arte Contemporânea de Gante) colabora com comunidades de refugiados por meio de parcerias com organizações como Globe Aroma e Vluchtelingenwerk Vlaanderen, organizando eventos e projetos que envolvem refugiados nas atividades do museu. <https://smak.be/en/activities/projecten-met-vluchtelingen>
- Museu da História da Primeira Guerra Mundial (Ypres) – conta com o envolvimento de voluntários para a sua missão educativa. Um grupo entusiasta de voluntários educativos apoia a equipa do museu, ajudando a interpretar a complexa história da Primeira Guerra Mundial para grupos escolares e para o público (<https://www.inflandersfields.be/en/bezoek-e/school-e/> Estes voluntários, coordenados pela equipa de aprendizagem do museu, orientam os visitantes pelas exposições e até ajudam na pesquisa sobre as histórias pessoais dos soldados (https://youth.europa.eu/solidarity/opportunity/37067_no).

Muitos outros museus regionais recebem voluntários ou grupos de «Amigos do museu» – por exemplo, o KMSKA (Museu Real de Belas Artes de Antuérpia) ou o Musée royal de Mariemont (Hainaut) e vários museus locais de património têm apoiantes que doam o seu tempo.

França

Entre 2010 e 2016, a proporção de pessoas que fazem voluntariado em associações aumentou. Em 2010, 22,6% dos franceses eram voluntários, em comparação com um quarto em 2016. Desde então, esta proporção tem vindo a diminuir, atingindo 20,1% em 2022.

Não existe um quadro jurídico geral que regule o voluntariado. Por um lado, várias disposições dispersas por diferentes leis conferem certos direitos aos benévolos em relação à sua atividade ou estatuto (por exemplo, desempregados, pensionistas). Por outro lado, existem várias leis que regulam as várias formas de voluntariat (por exemplo, voluntariat em associações, para a coesão social e a solidariedade, etc.). O estatuto jurídico do voluntariado é

extremamente complexo e está atualmente em reforma. O *bénévole* não tem estatuto jurídico e é totalmente livre de combinar compromissos com fins lucrativos e sem fins lucrativos, ao contrário do *volontaire*, que tem um estatuto jurídico e um contrato de compromisso exclusivo com a estrutura que o remunera. É importante notar que esta ausência de quadro jurídico é geralmente apoiada pelo setor associativo, uma vez que reflete a natureza do *bénévolat*, baseado no compromisso livre de um indivíduo. A nova lei adotada em 15 de abril de 2024 criou três novas opções de voluntariado para funcionários no Código do Trabalho francês: Os funcionários podem solicitar até seis dias por ano para trabalhar para o Provedor de Justiça do governo francês (“*Défenseur des Droits*”). Os funcionários já podem solicitar essa licença para apoiar certas instituições de caridade e organizações sem fins lucrativos. Os funcionários podem doar um certo número de dias de descanso não utilizados a certas instituições de caridade e organizações sem fins lucrativos. Uma empresa pode enviar um funcionário em destacamento, por até 3 anos, para uma empresa nova ou de pequeno a médio porte para ajudar a treinar sua equipe ou trabalhar em um projeto comum.

Em termos de volume de trabalho voluntário, a pesquisa MATISSE fornece a seguinte divisão: 29% desporto, 16% cultura (incluindo museus), 13% setor social e de saúde, 12% clubes sociais e de lazer, 10% organizações de defesa, 10% ação humanitária, 4% interesses económicos, 4% educação e formação e 1% outros.

O perfil dos voluntários é semelhante ao observado em anos anteriores. O voluntário continua a ser principalmente uma mulher. Mais de metade (61%) tem entre 18 e 30 anos; a maioria tem entre 26 e 30 anos (43%). Quase todos (89%) são cidadãos franceses. O que é interessante aqui é que estes números revelam quase nada sobre a formação cultural dos voluntários. Isso torna difícil determinar se eles são biculturais ou não. Quase 8 em cada 10 têm mestrado ou grau superior (79%).

A entrada gratuita é um fator fundamental quando os voluntários escolhem quais museus visitar. Embora algumas unidades locais tenham um orçamento reduzido para saídas culturais, a maioria não tem orçamento para o que muitas vezes é simplesmente um complemento a outra atividade e só escolhe museus que podem ser visitados sem pagar. Oferecer aos grupos de caridade a maior

variedade possível de benefícios (entrada gratuita, direito de falar pelos voluntários ou até mesmo visitas guiadas e workshops gratuitos) deve, portanto, ser uma prioridade para os museus.

Além de oferecer essas atividades gratuitamente, uma forma de incentivar o desenvolvimento de tais atividades seria melhorar a comunicação com as instituições de caridade. Os voluntários mais comprometidos são frequentemente apaixonados e conhecedores, ou mesmo profissionais do setor cultural, e estão familiarizados com a rede de museus de Paris e as possibilidades disponíveis para os trabalhadores de instituições de caridade. No entanto, isso está longe de ser o caso para todos os voluntários, alguns dos quais desconhecem a existência do acordo com a Paris Musées ou a possibilidade de entradas gratuitas. Entrar em contacto com voluntários no terreno nas várias unidades locais, em vez de dar prioridade aos contactos na estrutura central, poderia assim permitir organizar mais visitas e incentivar outros voluntários a planear saídas a museus.

Em 2005, o tempo dedicado pelos voluntários ao bénévolat foi de 935 000 ETI.²⁰ O número total anual de horas de voluntariado foi de 1 538 596 000 horas. O tempo dedicado ao voluntariado por bénévole aumentou 5% entre 1999 e 2005 (ou seja, 1% ao ano).²¹ Existem diferenças importantes entre os diferentes tipos de associações, dependendo se dependem exclusivamente de voluntários ou se também empregam pessoal remunerado (é o caso de 15,6% das associações). O tempo dedicado ao voluntariado aumenta apenas nas associações que dependem exclusivamente de voluntários. Esta tendência sugere que a crescente «profissionalização» das associações ocorre nas associações que já empregam pessoal. Isto pode estar relacionado com a crescente necessidade de competências e aptidões específicas. Isto também sugere uma tendência para uma atitude mais seletiva dos bénévoles, confirmada por observações no terreno, que fazem escolhas dependendo da atratividade da associação, da qualidade do apoio prestado, etc.

A descolonização dos museus exige repensar não só as coleções, mas também as estruturas de poder, as narrativas e o próprio propósito dos museus no século XXI (Paul, 2024). Ao focar em dois dos novos museus na França metropolitana, o MQB e o CNHI, e dois novos museus em antigas colónias (ambos agora entre os Départements d'Outre-Mer–Territoires d'Outre-Mer

[DOM-TOM; Departamentos e territórios ultramarinos da França]), o Centre Culturel Tjibaou no território ultramarino da Nova Caledónia e a Maison des Civilisations et de l'Unité Réunionnaise (MCUR) no departamento ultramarino francês da Reunião. Três dos museus deste grupo são exclusivamente dedicados à cultura não europeia, entre eles o MQB, que abriga muitos dos espólios da expansão imperial francesa. O que todos eles têm em comum é o foco em povos e culturas não europeias. Obviamente, o CNHI inclui imigrantes europeus na França, mas há, no entanto, uma ênfase marcante neste museu na imigração para a França proveniente de fora da Europa — e, mais particularmente, das antigas colónias francesas, fonte da maior parte da imigração francesa do pós-guerra. Como salienta Nancy Green, historiadora da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris, que esteve envolvida no planeamento do CNHI, «a imigração colonial e pós-colonial dominam a conceptualização da imigração, ao ponto de tornar as imigrações anteriores quase invisíveis». Embora se possa argumentar que museus e coleções mais antigos em Paris — como o Musée Guimet, dedicado à arte do sul da Ásia, sudeste asiático e leste asiático; as coleções islâmicas do Louvre; o relativamente novo Institut du Monde Arabe; ou o Musée d'Ennery, que contém arte decorativa do Extremo Oriente — também partilham um foco na arte e cultura não europeias, estas coleções têm sido apresentadas como «arte erudita» produzida pelas «grandes civilizações» do mundo.

Alemanha

Desde 1999, dados estatísticos sobre o voluntariado têm sido regularmente coletados em nome do Ministério Federal Alemão para Assuntos da Família, Idosos, Mulheres e Juventude e publicados na Pesquisa Alemã sobre Voluntariado (Deutscher Freiwilligensurvey). De acordo com o relatório de 2019, 39,7% da população — aproximadamente 28,8 milhões de pessoas — estão envolvidas em atividades voluntárias em todo o país.

A Alemanha não possui uma lei única que regule o voluntariado. No entanto, várias leis e regulamentos afetam direta ou indiretamente o trabalho voluntário. Por exemplo, a Lei de Proteção Social para Voluntários (Sozialgesetzbuch VII) oferece cobertura de seguro para certos tipos de atividades voluntárias. Além disso, as leis tributárias alemãs oferecem incentivos, como deduções fiscais para organizações sem fins lucrativos e

voluntários. Regulamentos específicos podem variar dependendo do estado federal e do tipo de atividade voluntária.

A Pesquisa Alemã sobre Voluntariado de 2019 indica que aproximadamente 9% dos voluntários alemães participam no setor cultural, que inclui museus, sítios arqueológicos, monumentos e outras instituições culturais. Isso se traduz em cerca de 2,6 milhões de pessoas envolvidas em trabalho voluntário cultural.

O voluntariado desempenha um papel significativo nas instituições culturais museológicas na Alemanha, contribuindo para o envolvimento dos visitantes, a educação e a curadoria. Como mostra o Inquérito Alemão sobre Voluntariado de 2019, a cultura e a música representam a segunda maior área de envolvimento voluntário na Alemanha. O envolvimento cívico no setor cultural é visto como parte de uma reorganização abrangente do panorama cultural, considerando que os serviços governamentais são complementados por atividades sociais, as estruturas institucionais são parcialmente modificadas e a identificação dos cidadãos com as instituições culturais é reforçada de forma geral. Muitas instituições culturais e ofertas culturais só podem continuar a existir ou ser viabilizadas graças ao amplo envolvimento de voluntários (Bernd Wagner, Ulrike Blumenreich, 2004). O voluntariado no setor cultural é diversificado, variando de trabalho em conselhos e comissões a museus e bibliotecas administrados por voluntários, associações culturais e teatro amador.

O setor cultural e musical (8,6%) é a segunda maior área de envolvimento, a seguir ao setor desportivo e de exercício físico (13,5%) (Julia Simonson, 2021). Um inquérito nacional realizado em 2020 entre 1076 participantes na plataforma de envolvimento online [vostel.de](https://www.vostel.de) analisou as áreas de voluntariado preferidas da «Geração Voluntária 2.0». Entre aqueles que ainda não tinham feito voluntariado, 14,6% manifestaram interesse em participar em atividades relacionadas com as artes, a cultura e a música. Isto representa um aumento em comparação com os 11% dos participantes que já estavam ativos neste campo. Para a sua pesquisa, [a vostel.de](https://www.vostel.de) define a «Geração Voluntária 2.0» como indivíduos entre 18 e 33 anos, 69% dos quais vivem em grandes cidades. Entre eles, 75% são mulheres, 23% homens e 2% se identificam como diversos.

A Pesquisa Alemã sobre Voluntariado identifica as principais motivações para o envolvimento voluntário como:

- Prazer na atividade,
- Interações sociais,
- Moldar a sociedade,
- Intercâmbio intergeracional e
- Aquisição de novas competências (especialmente relevante para voluntários mais jovens).

Na Alemanha, os voluntários de museus podem incluir membros de associações de amigos de museus, investigadores independentes que contribuem sem remuneração financeira, guias voluntários, educadores, conservadores e outras pessoas que dedicam o seu tempo e competências ao apoio das atividades dos museus sem remuneração.

O Inquérito Alemão sobre Voluntariado de 2019 afirma que os indivíduos com antecedentes migratórios representam cerca de 12% dos voluntários na Alemanha. Embora esta percentagem seja inferior em comparação com os voluntários sem antecedentes migratórios, tem-se verificado um aumento da participação deste grupo demográfico nos últimos anos.

Em 2014, o Instituto de Investigação Museológica descobriu que 49% (n = 3129) dos museus inquiridos dependem de voluntários, que assumem tarefas em todas as áreas do trabalho museológico. Várias organizações coordenadoras específicas de museus fornecem orientações práticas para o voluntariado. (Statistische Gesamterhebung an den Museen der Bundesrepublik Deutschland, 2014). Neste contexto, a Associação Alemã de Museus (Deutscher Museumsbund) publicou o relatório «Envolvimento Cívico em Museus» em 2008, afirmando:

Os voluntários são uma importante fonte de tempo, talento e energia. Eles ajudam as organizações sem fins lucrativos a cumprir a sua missão. Complementam o trabalho dos funcionários a tempo inteiro, expandem as suas capacidades e trazem novas perspetivas e energia.

No contexto social alemão atual, as instituições culturais enfrentam uma concorrência crescente por voluntários, tornando o recrutamento e a retenção mais desafiadores. Nos últimos anos, as conferências têm se concentrado cada vez mais no trabalho voluntário em museus. Exemplos incluem:

- Associação de Museus de Hesse (2019): «SOS Museu – Socorro, faltam voluntários!»
- Associação de Museus de Baden-Württemberg (2019): «Cooperações com voluntários e apoiantes»
- Associação de Museus da Baixa Saxónia e Bremen (2020): «Que tipo de envolvimento os museus precisam: voluntariado, voluntários, doadores de tempo?»
- Associação de Museus da Turíngia (2020): «Voluntariado em museus: oportunidades e perspectivas do envolvimento voluntário no trabalho museológico», que foi abordado numa sessão de formação de um dia inteiro.

Na Alemanha, os colaboradores de museus que podem ser considerados voluntários incluem membros de associações de amigos de museus, investigadores independentes que contribuem sem remuneração financeira, guias voluntários, educadores, conservadores e outros indivíduos que oferecem o seu tempo e conhecimentos para apoiar as atividades dos museus sem remuneração.

Os voluntários apoiam os museus alemães de várias maneiras, incluindo conservação e restauração, onde os voluntários ajudam a preservar artefactos, obras de arte, estruturas históricas e sítios arqueológicos. Na educação e divulgação, eles orientam os visitantes, realizam workshops e participam em programas comunitários. Os esforços de pesquisa e documentação envolvem catalogar coleções, conduzir pesquisas históricas e manter registros. Além disso, os voluntários apoiam eventos e exposições, ajudando a organizar e executar exposições temporárias, eventos especiais e atividades públicas, contribuindo para o papel dinâmico e educativo dos museus e instituições culturais. Os voluntários atuam como mediadores culturais, aumentando o envolvimento do público com exposições e coleções.

O voluntariado em museus também é compatível com guias ou intérpretes profissionais. O voluntariado em museus pode complementar o trabalho de guias e intérpretes profissionais. Enquanto os profissionais realizam tarefas especializadas e recebem remuneração pelos seus serviços, os voluntários podem fornecer apoio e adicional, enriquecer as experiências dos visitantes e oferecer perspectivas diversas. É essencial definir claramente as responsabilidades dos voluntários e dos profissionais para garantir uma colaboração eficaz e evitar conflitos.

Nos últimos anos, os museus alemães têm enfrentado cada vez mais o seu legado colonial, integrando abordagens descoloniais nas suas exposições, coleções e estratégias de envolvimento do público. Os museus alemães abrigam inúmeros artefactos adquiridos durante a era colonial, muitos dos quais carecem de contexto sobre as suas origens e as circunstâncias da sua aquisição. A narrativa tradicional eurocêntrica dos museus muitas vezes exclui ou marginaliza as vozes das comunidades afetadas pelo colonialismo. Na Alemanha, as críticas à inadequada avaliação da história colonial e seus impactos são impulsionadas principalmente por vários grupos da sociedade civil (como Berlin Postkolonial, grupos da diáspora, etc.).

A Deutscher Museumsbund 2021 apresentou um guia que constitui um recurso prático para todos os museus alemães sobre o tratamento de itens de coleções provenientes de contextos coloniais. Serve também como base informativa para colegas profissionais internacionais, decisores políticos, bem como representantes de iniciativas pós-coloniais e comunidades da diáspora.

As iniciativas dos museus para incorporar narrativas descoloniais visam reavaliar e reinterpretar as coleções, especialmente aquelas adquiridas durante os períodos coloniais, para proporcionar perspectivas mais inclusivas. Os esforços incluem colaborações com comunidades indígenas, revisões de exposições e a restituição de artefactos aos seus países de origem. No entanto, a implementação e o âmbito destas iniciativas variam entre as instituições.

Instituições como o Museu Brücke, o Museu Alemão de Tecnologia e o Museu da Cidade de Berlim deram passos significativos nessa direção, refletindo sobre as suas narrativas históricas, explorando práticas transformadoras e

abordando as consequências das histórias coloniais nas suas coleções (Jörg Rüsewald, Daniela Bystron, Anne Fäser, 2022).

As abordagens descoloniais têm como objetivo:

- Reconhecer as histórias coloniais e o seu impacto contínuo.
- Recontextualizar as coleções com perspectivas das comunidades de origem.
- Envolver-se nos debates sobre restituição e repatriação.
- Promover o diálogo entre museus e comunidades marginalizadas.

Os programas de voluntariado podem apoiar iniciativas descoloniais das seguintes formas:

Envolver voluntários com antecedentes migratórios

- Os museus recrutam voluntários de diversas origens étnicas e socioeconómicas, incluindo indivíduos com histórias de migração.
- Os programas de voluntariado impulsionados pela comunidade colmatam as lacunas entre as instituições e os grupos sub-representados.
- Os voluntários atuam como mediadores culturais, interpretando coleções, integrando narrativas de resistência e críticas coloniais com o objetivo de criar um espaço para o diálogo e a reflexão sobre questões descoloniais, como exemplifica esta iniciativa:

Apoiar a investigação de proveniência e os esforços de repatriação

- Os voluntários auxiliam nos esforços de pesquisa para rastrear as origens dos artefactos. Os museus incluem o conhecimento e a experiência de pessoas de países e comunidades de origem dos quais os itens da coleção provêm na pesquisa de proveniência; aqui, o conhecimento e a experiência de cidadãos de países ou comunidades de origem dos quais os itens provêm são considerados fontes importantes, especialmente no que diz respeito a aspetos da história dos itens antes de serem adquiridos (Fundação do Património Cultural Prussiano (SPK), Posições básicas da SPK sobre o tratamento das suas coleções

não europeias e sobre a pesquisa das proveniências, Berlim 2015).

- Os programas de divulgação dos museus envolvem voluntários em discussões públicas sobre restituição.

Exemplos notáveis: narrativas descoloniais em museus alemães Vários museus alemães começaram a integrar abordagens descoloniais nos seus programas:

- [Multaka](#): projeto Museu como Ponto de Encontro, lançado em 2015 pelo Museu de Arte Islâmica de Berlim. Este programa emprega refugiados como guias de museu, oferecendo perspectivas únicas e promovendo o intercâmbio intercultural.
- [Humboldt Forum, Berlim](#): Foco e reflexão crítica sobre os seus legados coloniais. As iniciativas incluem o envolvimento de voluntários em discussões sobre artefactos contestados e histórias coloniais, entre outros.
- [MARKK \(Museum am Rothenbaum\)](#), Hamburgo: Incorpora as vozes da comunidade e a participação de voluntários nas suas exposições descoloniais.
- [Rautenstrauch-Joest-Museum, Colónia](#): Implementa visitas guiadas que examinam criticamente o passado colonial da Alemanha.
- [GRASSI Museum für Völkerkunde, Leipzig](#): Organiza o programa «GRASSI convida», incentivando académicos, artistas e curadores dos países de origem a envolverem-se com as coleções do museu.
- [MigrationsGeschichte\(n\) em Berlim](#). Uma exposição no Museu das Culturas Europeias ilustra por que e como eles fizeram isso através de oito objetos e seus contextos culturais ou históricos.
- [TheMuseumsLab](#). Como plataforma para o envolvimento colaborativo, o projeto procura construir uma rede sustentável de profissionais ligados a museus e instituições culturais nos continentes africano e europeu e promover uma reflexão conjunta sobre um novo quadro ético para a cooperação internacional entre museus.

- ['A Place. Somewhere', Hanôver](#). Visita guiada à exposição por pessoas com antecedentes de refugiados e migrantes da Baixa Saxónia conduzem a visita à exposição «A Place. Somewhere» e partilham as suas perspetivas.

O voluntariado é parte integrante da sociedade alemã, com milhões de pessoas a dedicarem o seu tempo a vários setores, incluindo a cultura e o património. O quadro jurídico apoia o trabalho voluntário através de incentivos de proteção social e fiscais, e os museus beneficiam grandemente destas contribuições na investigação, educação e conservação. Embora a presença de voluntários biculturais esteja a crescer, o seu número continua relativamente baixo. Além disso, as iniciativas destinadas a descolonizar as narrativas dos museus refletem uma crescente consciência da responsabilidade histórica e da inclusão. Em última análise, o voluntariado enriquece tanto as instituições culturais como as comunidades que elas servem, tornando-se uma força vital na preservação e interpretação do património cultural da Alemanha.

Itália

De acordo com um estudo realizado em 2013 e publicado em 2021 (Cappadozzi e Fonovic) sobre o perfil do voluntariado na Itália, a participação voluntária é mais proeminente entre indivíduos com idades entre 55 e 64 anos (15,9%), seguidos por jovens adultos entre 24 e 31 anos, consolidando essas faixas etárias como as mais ativas no setor voluntário.

No que diz respeito ao género, os homens apresentam uma taxa de participação ligeiramente superior (13,3%) em comparação com as mulheres (11,9%), particularmente no voluntariado canalizado através de organizações. No que diz respeito ao tipo de voluntariado, mais de metade dos voluntários (54,3%) participa exclusivamente através de organizações. Aproximadamente 37,6% envolvem-se em voluntariado direto — de forma independente e sem intermediação institucional — enquanto 8,1% combinam ambas as formas de participação.

Em termos de situação profissional, as taxas de voluntariado são mais elevadas entre os indivíduos empregados (14,8%) e os estudantes (12,9%). É de salientar que os estudantes mostram uma inclinação mais forte para o

voluntariado organizacional (9,5%) e uma menor participação no voluntariado direto (4,3%). O nível de escolaridade é um fator-chave no envolvimento voluntário. Observa-se uma tendência clara em que um nível de escolaridade mais elevado está correlacionado com uma maior participação voluntária. Apenas 6,1% das pessoas com ensino básico ou menos são voluntárias, em comparação com 22,1% das pessoas com diploma universitário — mais do que o triplo da taxa anterior. Do ponto de vista económico, o voluntariado é mais prevalente entre aqueles com melhores condições financeiras. Cerca de 23,4% das pessoas que vivem em famílias consideradas com recursos económicos «muito bons» participam em atividades voluntárias.

Um elemento crítico para o envolvimento voluntário sustentado é a internalização de uma identidade de voluntário, que é fundamental para manter o compromisso a longo prazo. O perfil típico do voluntário corresponde a um indivíduo de classe média a alta, com ensino superior, predominantemente na faixa etária de meia-idade (especialmente entre 55 e 64 anos), embora o envolvimento de jovens adultos também seja significativo. O voluntariado organizado predomina, e o envolvimento sustentado está intimamente ligado à identificação com o papel de voluntário. De uma perspetiva socioeconómica, este grupo representa um segmento de elite da população voluntária. Os licenciados universitários constituem 34,8% dos voluntários (em comparação com 12,3% da população geral com 15 anos ou mais e 21,7% do total de voluntários). Além disso, 68,3% têm recursos financeiros adequados e 39,1% demonstram um elevado envolvimento em atividades culturais.

Em 11 de agosto de 1991, foi promulgada a Lei n.º 266, comumente referida como a «Lei-Quadro do Voluntariado». Esta legislação marcou um ponto de viragem ao reconhecer legalmente o papel ativo das associações de voluntários na transformação social do país. Ao longo de mais de duas décadas, desenvolveu-se um complexo sistema de envolvimento envolvendo forças sociais e civis em setores essenciais, como o bem-estar infantil e juvenil, cuidados a idosos, apoio a pessoas com deficiência, serviço público e os domínios cultural e desportivo.

Embora o voluntariado cultural tenha sido previsto por esta lei, a sua difusão permaneceu limitada, embora em expansão progressiva. Com o tempo, o voluntariado cultural se estendeu a vários domínios culturais, especialmente arqueologia e atividades relacionadas a museus, muitas vezes de forma não regulamentada. O fenómeno do voluntariado também é abordado no Código do Património Cultural e Paisagístico, que reconhece e promove a participação de entidades privadas — incluindo associações culturais e de voluntariado — na valorização do património cultural. Esta colaboração, considerada de utilidade social e solidária, está totalmente integrada no quadro jurídico, permitindo acordos entre o Estado, os governos regionais e as entidades territoriais públicas com associações cujos estatutos visam promover e divulgar o conhecimento do património cultural.

O Código define «valorização» como uma atividade que visa promover o conhecimento do património e garantir condições ótimas para a sua utilização e fruição pública, com o objetivo geral de fomentar o desenvolvimento cultural. Posteriormente, a Lei n.º 266 foi revogada e, em 3 de julho de 2017, foi promulgado o Decreto Legislativo n.º 117 — conhecido como Código do Terceiro Setor. Este decreto ampliou e reorganizou o quadro regulamentar relativo ao voluntariado e à participação social. O Terceiro Setor também inclui empresas sociais, regulamentadas pela Lei de 13 de junho de 2005 (n.º 118), pelo Decreto Legislativo de 24 de março de 2006 (n.º 155) e pelos seus decretos de implementação de 2008.

Neste contexto, as autoridades regionais desempenham um papel crucial, uma vez que podem estabelecer padrões mínimos de qualidade para o pessoal dos museus com base no decreto nacional de normas emitido pelo Ministério do Património Cultural e das Atividades (Decreto Ministerial de 10 de maio de 2001). Em particular, a região da Toscana empreendeu iniciativas significativas no domínio do voluntariado cultural, elaborando a *Magna Charta del Volontariato per i Beni Culturali*. Este documento serve como um acordo-quadro e uma referência orientadora para instituições que colaboram ou desejam colaborar regularmente com associações. A Carta deve ser partilhada com os voluntários por meio de um processo de formação, culminando na assinatura de um acordo de implementação. A assinatura do acordo significa a adesão à *Magna Charta*, a participação nos seus princípios e um compromisso

mútuo com uma colaboração estruturada, definida por meio de uma série de pontos organizacionais e logísticos a serem respeitados por ambas as partes.

Em última análise, a *Magna Charta* e o seu acordo modelo são ferramentas resultantes de um complexo processo de estudo, diálogo e experimentação. São concebidos para proporcionar às partes interessadas meios eficazes e estruturados de colaboração, garantindo simultaneamente o alinhamento com princípios e objetivos partilhados no contexto do voluntariado cultural e social.

Na Itália, faltam dados nacionais abrangentes sobre o estado e o impacto do voluntariado no setor cultural. Embora o voluntariado cultural tenha se expandido em vários campos, as estatísticas a nível nacional são escassas e não captam totalmente a realidade do setor. No entanto, um estudo realizado em 2011 na região da Toscana oferece informações valiosas sobre a colaboração entre instituições culturais e voluntários nessa região. Foi realizada uma pesquisa online com todas as instituições culturais da Toscana para avaliar o estado atual da colaboração da perspectiva da administração pública. Um total de 1.192 instituições e es — incluindo museus, bibliotecas, arquivos, jardins botânicos, entre outros — foram contatadas, com 103 respostas. A distribuição territorial revelou que a maioria das respostas veio das províncias de Florença (35%), Siena (14%) e Lucca (14%). Em termos de tipo institucional, 50% das respostas vieram de museus, seguidos por bibliotecas (34%), com as restantes categorias variando entre 3% e 5%.

Entre os inquiridos, 65% manifestaram vontade de colaborar com voluntários e, desses, 71,9% já o faziam há mais de cinco anos. As áreas de colaboração identificadas eram geralmente transversais em toda a cadeia de valor e aplicavam-se à maioria das instituições. No entanto, os inquiridos indicaram áreas específicas nas quais procuravam uma colaboração mais ativa dos voluntários, incluindo angariação de fundos, apoio do pessoal para garantir o acesso às instalações e atividades promocionais externas.

Em relação às ações para aumentar o envolvimento dos voluntários em instituições com relações estabelecidas, 32% dos inquiridos enfatizaram a necessidade de aumentar a visibilidade das funções dos voluntários. Outros 12% apontaram a necessidade de expandir as «funções» atribuídas aos voluntários e 21% salientaram a importância de fornecer formação. Por outro

lado, 35% dos inquiridos referiram não colaborar com voluntários. Dentro deste grupo, 43% citaram a falta de propostas locais, enquanto 27% afirmaram não perceber a «necessidade» dessa colaboração ou não a considerarem «útil». Os restantes 30% identificaram desafios relacionados com a gestão e organização, incluindo a falta de pessoal adequado. Quando questionados sobre os obstáculos à promoção da participação voluntária, 58% apontaram os encargos económicos e burocráticos, enquanto 23% destacaram a falta geral de formação. No entanto, 29% dos inquiridos manifestaram interesse em colaborar com voluntários em ocasiões específicas, tais como eventos, exposições, conferências e inaugurações especiais.

Em 2022, um estudo de Maurizio Ambrosini e Maurizio Artero documentou as experiências de centenas de voluntários imigrantes na Itália, com base em 658 questionários e 89 entrevistas aprofundadas. O estudo explorou três questões principais: o nível de inclusão social dos voluntários imigrantes, as suas motivações para se envolverem em trabalho voluntário e as conexões entre o voluntariado e outras formas de participação social e política. Embora o país de origem dos voluntários não tenha sido sistematicamente registrado, várias características sociodemográficas foram coletadas. Os voluntários da amostra apresentaram um nível de escolaridade mais elevado em comparação com a população imigrante em geral: 11% dos imigrantes possuem diplomas universitários, enquanto esse número sobe para 38% entre os voluntários imigrantes. Além disso, os dados indicam uma correlação positiva entre o tempo de permanência na Itália e o envolvimento em grupos de voluntariado. A maioria dos voluntários imigrantes tem mais de 15 anos de experiência de migração e entre cinco a seis anos de experiência de voluntariado.

No geral, os voluntários imigrantes na Itália tendem a vir de um segmento da população migrante que já está relativamente bem integrado. Como outros estudos confirmam, o tempo de residência e a situação profissional influenciam significativamente a participação no voluntariado, sendo que os imigrantes que passaram mais tempo no país de acolhimento são mais propensos a adotar a cultura de voluntariado predominante. Aproximadamente 63% dos participantes do estudo vivem na Itália há dez ou mais anos e 5% são imigrantes de segunda geração. Além disso, a maioria dos participantes tem um estatuto legal estável: 40% são cidadãos naturalizados, 11% estão em

processo de naturalização e 23% possuem autorizações de residência de longa duração. Em relação ao emprego, 63% dos participantes estão ativos no mercado de trabalho, enquanto 37% são estudantes, aposentados, donas de casa ou desempregados. Os voluntários imigrantes frequentemente relatam que a sua decisão de se envolver em trabalho voluntário surgiu após garantirem emprego e moradia estável na Itália.

O voluntariado na Itália, particularmente no setor cultural, tornou-se um componente essencial das instituições museológicas. O papel do voluntário nos museus italianos vai além do apoio interno; eles funcionam como um elo vital entre o museu e a sociedade civil em geral. O voluntário atua como uma figura conectiva, trabalhando em colaboração com a equipa do museu e interagindo com o público externo. Comprometido com a missão e os valores da instituição, o voluntário assume um papel duplo: atuando tanto como um «garante» para os visitantes quanto como um «apoio» para a instituição. Neste contexto específico do setor, o papel do voluntário vai além da assistência básica, representando frequentemente as diversas necessidades do público contemporâneo. Os voluntários fazem a mediação entre os curadores, com o seu conhecimento especializado, e o público, que procura uma maior compreensão das coleções e exposições. Além disso, num panorama museológico que frequentemente enfrenta desafios financeiros e operacionais, os voluntários podem liderar campanhas de sensibilização e , defender causas junto das autoridades públicas e propor iniciativas aos decisores políticos culturais.

Os voluntários de museus também desempenham um papel significativo na educação e no envolvimento público. Os seus esforços ajudam a divulgar os valores e conhecimentos dos museus, promovendo uma cultura generalizada de apreciação do património. Isto é conseguido através do testemunho pessoal do seu compromisso cívico, contribuindo para um novo modelo de gestão do património cultural — *participativo* (envolvendo a comunidade), *sustentável* (complementando os esforços públicos), *integrado* (ligando a conservação e o envolvimento público) e *subsidiário* (incentivando a cidadania ativa). Além do envolvimento direto, os voluntários contribuem através de apoio financeiro, organização de eventos, fornecimento de equipamentos ou serviços e oferecendo conhecimentos especializados que de outra forma não estariam

disponíveis na instituição. Este apoio provém frequentemente de indivíduos, grupos, organizações ou empresas que doam o seu tempo e recursos. Inúmeras associações, como a “Amici dei Musei” (Amigos dos Museus), o Fondo Ambiental Italiano (FAI), os Grupos Arqueológicos Italianos, o Archeoclub e vários grupos locais, estão continuamente envolvidos nessas funções de apoio em museus de toda a Itália.

O voluntariado em museus, sítios arqueológicos e monumentos tem sido historicamente essencial na Itália, especialmente para pequenas instituições, onde as operações diárias muitas vezes dependem fortemente do apoio de voluntários. Indivíduos locais, muitas vezes sem formação formal, mas com um forte sentimento de apego cultural, têm oferecido o seu tempo e conhecimento para ajudar a preservar e promover o património da sua comunidade. Hoje, o voluntariado cultural evoluiu para um fenómeno mais amplo, estruturado e diversificado, abrangendo várias formas de participação — desde colaborações estreitas e contínuas com museus até contribuições ocasionais e altruístas. Grupos como os «Amigos dos Museus» exemplificam esse papel híbrido, combinando o de colaboradores regulares com o de visitantes comprometidos.

Os voluntários nos museus italianos desempenham uma ampla gama de tarefas que vão muito além do apoio operacional. Eles atuam como intermediários entre o museu e a sociedade, colaborando com a equipe interna e interagindo com o público. Suas responsabilidades podem incluir receber visitantes, mediar culturalmente, apoiar a organização de eventos, promover atividades do museu e, e, liderar campanhas de conscientização. Muitos também trazem habilidades especializadas, oferecem assistência organizacional ou fornecem apoio financeiro e logístico — incluindo equipamentos e serviços que de outra forma não estariam disponíveis para o museu. Os voluntários são atores fundamentais na promoção de um modelo de gestão do património cultural participativo, sustentável e integrado. A sua presença reforça o vínculo entre as comunidades locais e as suas instituições culturais.

Sim, o voluntariado em museus na Itália é compatível com o trabalho de guias e intérpretes profissionais, desde que as funções sejam claramente definidas e os limites profissionais sejam respeitados. Os voluntários desempenham

funções complementares — apoiando a equipa, mediando com o público, promovendo a educação patrimonial e contribuindo com recursos e conhecimentos — sem substituir os profissionais. Enquanto os guias e intérpretes oferecem formação especializada, serviços regulamentados e trabalho remunerado, os voluntários contribuem de forma não remunerada e com base na comunidade. Esta complementaridade permite que ambos os perfis coexistam, desde que os padrões profissionais sejam mantidos e a concorrência desleal seja evitada.

Sim, a Itália lançou algumas iniciativas destinadas a incorporar narrativas descolonizadoras nos museus, embora estas continuem a ser limitadas e enfrentem uma resistência considerável. Estes esforços surgiram em resposta à crescente consciencialização sobre os legados coloniais e à necessidade de repensar as relações culturais entre a Europa e o Sul Global, particularmente África. Como parte deste processo, os museus italianos começaram lentamente a envolver-se numa reavaliação crítica das suas coleções não europeias — especialmente artefactos africanos — muitos dos quais foram adquiridos em circunstâncias coloniais violentas ou desiguais.

Essa mudança é parcialmente impulsionada pela transformação demográfica e cultural da sociedade italiana, moldada pelos fluxos migratórios e pelo crescimento das comunidades afrodescendentes. Essas comunidades estão cada vez mais exigindo uma representação, reconhecimento e participação mais equitativos no discurso cultural.

No entanto, o processo ainda está na sua infância. Embora exista um discurso político em torno da restituição e da cooperação cultural — como o «Plano Mattei para África» promovido pelo governo italiano —, os museus ainda lutam com práticas de documentação inadequadas, falta de transparência, acesso limitado a catálogos e es e envolvimento insuficiente das comunidades da diáspora ou de artistas afrodescendentes nos esforços de reinterpretação.

Na Itália, vários museus — tanto a nível nacional como local — realizam programas de voluntariado em colaboração com associações culturais que apoiam ativamente as atividades dos museus. A maioria dos exemplos conhecidos concentra-se na região da Toscana:

- Os Museus Nacionais de Lucca, em parceria com a *Amici dei Musei di Lucca*, apoiam a divulgação e a promoção cultural.
- O Museu Arqueológico de Arezzo, juntamente com a *Associazione Giano di Arezzo*, envolve voluntários em programas educativos, visitas guiadas e conservação do património.
- O Museu Arqueológico das Águas em Chianciano Terme, com a *Associazione Geoarcheologica*, promove o património arqueológico e geológico local.
- O Museu Cívico de Fucecchio, em colaboração com a *Associazione Archeologica Volontariato Medio Valdarno*, envolve voluntários em atividades comunitárias e educativas.
- O Museu Têxtil de Prato, apoiado pela *Amici dei Musei e dei Beni Ambientali Pratesi*, inclui voluntários em tarefas de mediação cultural e conservação.
- O Museu de História Natural e do Território (Universidade de Pisa), com a *Amici del Museo Naturalistico di Calci*, mobiliza voluntários e especialistas para a conservação e educação científica.
- Os Museus de Viareggio, apoiados pela *Amici dei Musei di Viareggio*, mantêm uma rede ativa de voluntários envolvidos em exposições, educação e envolvimento público.

A plataforma “Patrimonio e Intercultura” funciona como um arquivo permanente de projetos realizados por museus e instituições culturais em toda a Itália que estão comprometidos com a proteção, valorização e mediação intercultural do património cultural. Este recurso documenta iniciativas nas quais os museus se envolveram com abordagens mais inclusivas e descolonizadoras — embora tais esforços continuem escassos e sejam frequentemente limitados por restrições institucionais e políticas.

Países Baixos

Em 2023, 49 % da população holandesa com 15 anos ou mais afirmou ter participado em atividades de voluntariado para uma organização ou clube pelo menos uma vez nos últimos doze meses. A percentagem de voluntários aumentou acentuadamente em comparação com o período da pandemia, quando 41 % estavam ativos no trabalho voluntário, em média, e agora está de

volta aos níveis pré-pandêmicos. Isso é evidente a partir dos novos números divulgados pelo Statistics Netherlands (CBS). Os números foram retirados do inquérito anual sobre coesão social e bem-estar, que também inclui perguntas adicionais sobre trabalho voluntário a pedido do Ministério da Saúde, Bem-Estar e Desporto e da organização voluntária NOV. Estas incluíam perguntas sobre o que os inquiridos esperam das organizações para as quais são voluntários. Em 2023, a percentagem de voluntários em todas as faixas etárias aumentou para os mesmos níveis anteriores à pandemia. Entre os maiores de 65 anos, a percentagem de voluntários foi, na verdade, superior à de 2019.

O quadro jurídico do voluntariado inclui os seguintes termos e tem os seguintes significados:

- instituição de utilidade pública: instituição que foi designada como tal pelo inspetor com base no artigo 5.º-B da Lei Geral Tributária e nas disposições nela previstas;
 - atividades de interesse geral: atividades que não são realizadas a preços comerciais e que visam realizar ou promover o objetivo de uma organização ou instituição que visa servir o interesse público;
 - trabalho não remunerado: atividades pelas quais não são fornecidas compensações ou benefícios, cujo valor combinado é superior aos montantes referidos no artigo 2.º, n.º 6, da Lei do Imposto sobre o Salário de 1964;
 - organização ou instituição sem fins lucrativos: organização ou instituição que não está sujeita ao imposto sobre o lucro ou está isenta do mesmo e que, tal como é evidente tanto nos seus próprios regulamentos como nas atividades efetivas de benefício público predominante, serve quase exclusivamente o interesse público;
 - instituição de utilidade social: instituição referida no artigo 5.º-C da Lei Geral Tributária;
 - Fundação de apoio SBBI: instituição referida no artigo 5.º-D da Lei Geral Tributária e nas disposições nela baseadas, que tenha sido anunciada como tal pelo inspetor;
- local de trabalho: uma sucursal da instituição, se a instituição em questão tiver mais do que uma sucursal.

Para além dos visitantes, profissionais e consumidores de artes e cultura, há também holandeses que apoiam ativamente o setor: por exemplo, através de doações, trabalho voluntário ou adesão a uma associação de amigos. De acordo com os números da VTO, a doação de dinheiro é particularmente popular entre as várias formas: 17 % dos holandeses indicaram em 2022 que apoiam o setor das artes e da cultura com dinheiro. Esta percentagem diminuiu claramente nos últimos anos. De 23% em 2012 para 17% em 2022. De acordo com o inquérito bienal [Giving in the Netherlands](#), os agregados familiares doaram 2022 milhões de euros ao setor cultural em 58. Em [Boekman #138: Private financing of arts and culture](#) também são abordadas questões como o que motiva os doadores a doar para a cultura. Pedir dinheiro, do lado do criador, é discutido no estudo plurianual [Long live giving](#), explicado mais detalhadamente. Na página [Fluxos de dinheiro](#), explicamos mais detalhadamente as contribuições privadas para a cultura, incluindo as provenientes de famílias e legados.

Em 2022, de acordo com dados do CBS, 19% dos voluntários biculturais na Holanda eram originários de países europeus. Em comparação, 15% eram dos cinco principais países (Turquia, Marrocos, Indonésia, Suriname e Antilhas Holandesas).

De acordo com os números do CBS de 2023, 6% da população holandesa realizou trabalho voluntário para associações ou organizações culturais, tais como associações musicais ou teatrais, bibliotecas públicas, museus, salas de espetáculos ou cinemas (CBS, 2023). Estes números também analisam a frequência com que as pessoas realizam trabalho voluntário, há quanto tempo estão envolvidas em associações culturais como voluntárias e se têm a intenção de continuar envolvidas. Mais de metade das pessoas que fazem voluntariado para associações culturais o fazem semanalmente (33,4 %) ou mensalmente (19,7 %). Dois terços dos voluntários de uma associação cultural (66,1 %) são voluntários há mais de um ano e 64,1 % dos voluntários em 2023 planeavam continuar a fazer o trabalho dentro de um ano. Isto demonstra um grande envolvimento dos voluntários nas organizações culturais (CBS 2023). De acordo com os dados da VTO, 10 % dos holandeses apoiaram o setor das artes e da cultura através do voluntariado em 2022. Apesar de uma ligeira diminuição no trabalho voluntário entre 2014 e 2020, o trabalho voluntário em

2022 voltará ao nível de 2012. Os holandeses que apoiam o campo cultural dessa forma o fizeram com mais frequência em 2022 no campo da música (16 % dos voluntários, seguido por património e arte antiga (11 %) e festivais (10 %).

De acordo com os dados do CBS de 2023, 6% da população holandesa fez trabalho voluntário para associações ou organizações culturais, tais como associações musicais ou teatrais, bibliotecas públicas, museus, salas de espetáculos ou cinemas (CBS, 2023). Estes dados também analisam a frequência com que as pessoas fazem trabalho voluntário, há quanto tempo estão envolvidas em associações culturais como voluntárias e se têm intenção de continuar envolvidas. Mais de metade das pessoas que fazem voluntariado para associações culturais o fazem semanalmente (33,4 %) ou mensalmente (19,7 %).

Dois terços dos voluntários de uma associação cultural (66,1%) são voluntários há mais de um ano e 64,1% dos voluntários em 2023 planeavam continuar a fazer o trabalho daqui a um ano. Isto demonstra um grande envolvimento dos voluntários nas organizações culturais (CBS 2023).

A prática de artes e cultura é supervisionada por um grande número de «prestadores», tanto dentro como fora da escola (Goossens et al. 2024). Uma vez que esta página é sobre a prática no tempo livre, focamo-nos aqui nas conclusões relativas à oferta fora da escola. De acordo com a última edição do [Association Monitor](#), em 2024, existiam mais de 10 000 associações artísticas amadoras na Holanda. Esta pesquisa monitoriza associações ou fundações que reúnem pessoas para serem artisticamente, criativamente ou musicalmente ativas no seu tempo livre. 73% das associações focavam-se principalmente na música (instrumental e canto) na sua oferta. Seguiam-se o teatro (17%) e a dança (5%). A grande percentagem de associações em Noord-Brabant, em comparação com outras províncias, é impressionante.

Em vez de destacar as suas coleções como obras-primas da «Era Dourada Holandesa», que trouxe um grande aumento de riqueza para a Holanda , reforçando assim a narrativa colonial, os museus começaram a mudar a perspetiva através da qual a história é narrada (Kofi & de Wildt, 2019). Em vez de ignorar os terríveis eventos violentos que ocorreram nas colónias no

passado, os museus começaram a redirecionar o seu foco para uma perspectiva anteriormente menos popular: a (des)colonização e o papel dos holandeses nas práticas de escravidão transatlântica. Como resultado, as formas como as populações indígenas dos territórios coloniais são retratadas afastaram-se drasticamente da imagem de «outros primitivos» (Moon, 2020; Brenner, 2020). Por exemplo, o Rijksmuseum, em Amsterdão, criou a exposição temporária *Escravidão* em 2021, sob a forma de histórias pessoais e reais, em vez de abordar a escravidão como um conceito geral e abstrato (Rijksmuseum, 2021). Os museus de história natural e de arte estão, além disso, a centrar a sua atenção nas pessoas retratadas nas obras de arte e no papel que desempenharam no que diz respeito à violência colonial contra as populações indígenas (Koning, 2017). Aqui, é adotada uma abordagem crítica ao analisar as suas realizações e histórias, mudando a imagem de heróis nacionais para personagens históricos poderosos envolvidos em práticas desumanizantes. Por exemplo, o Mauritshuis, em Haia, iniciou um novo projeto em 2019 chamado *Shifting Image*, com o objetivo de pesquisar a vida de Johan Maurits, para quem o edifício do museu foi originalmente construído, como comerciante transatlântico de escravos e governador no Brasil (Mauritshuis, 2019). Os desenvolvimentos atuais e as discussões sociopolíticas em torno da diversidade, inclusão e passado colonial na Holanda causaram uma ruptura no que é considerado «normal» (Moon, 2020). Cada vez mais, os museus estão a passar a funcionar como espaços discursivos onde os visitantes podem discutir ideias e tópicos exibidos nas exposições e coleções dos museus (Patterson et al., 2017). Moore (2020, citado em Moon, 2020, p. 202) afirmou que entramos num novo paradigma com novas normas, onde “as coisas que nos tornavam normais antes eram as coisas que realmente prejudicavam a nossa disciplina”. No entanto, ter lançado um novo projeto ou exposição sobre a escravidão e o passado colonial holandês não significa que agora podemos fechar os nossos olhos críticos e passar para a próxima “tendência”.

Mais importante ainda, os museus holandeses devem ter cuidado para garantir que a descolonização das coleções dos museus não resulte em outra situação complexa em que as comunidades ocidentais brancas se assimilem para assumir o controle ou colonizar o conceito e o processo de descolonização (Kassim, 2017). Atualmente, muitos museus na Holanda têm tentado confrontar o seu passado e o colonial, a fim de se tornarem mais inclusivos

para as suas comunidades locais e visitantes. No entanto, pode-se argumentar que pode ser necessário realizar mudanças internas na organização para que tais instituições iniciem mudanças externas e inspirem pessoas fora da organização (Moore, 2020).

Portugal

Em Portugal, o número de voluntários tem variado ao longo dos anos. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2018, um total de 695 000 cidadãos portugueses com 15 ou mais anos de idade estavam envolvidos em atividades de voluntariado, seja em contextos formais ou informais, representando aproximadamente 7,8% da população. Este envolvimento gerou um total de 263,7 milhões de horas de voluntariado, o que corresponde a uma média de cerca de 32 horas por mês dedicadas ao voluntariado por cada pessoa envolvida. Este valor reflete uma diminuição em relação a 1999, quando a taxa de participação no voluntariado era de 17%. Ao longo dos anos, tem-se verificado uma redução gradual, com a taxa a cair para 14% em 2008 e para 7,8% em 2018, abaixo da média europeia de 19,3%.

Embora não existam dados oficiais que quantifiquem especificamente o número de voluntários envolvidos em museus, centros de arte e espaços culturais em Portugal, sabe-se que a maioria dos voluntários se distribui por organizações dedicadas às áreas social, cultural e recreativa. Em termos gerais, as instituições de assistência social são as que recrutam mais voluntários, representando 36,2% do total, seguidas pelas organizações religiosas e, em igualdade, pelas ligadas à cultura, comunicação e atividades recreativas, ambas com 15,7% da participação. De acordo com dados do Inquérito ao Voluntariado (2018), em comparação com as áreas dos serviços sociais e da saúde, a intervenção cultural, incluindo museus e centros de arte, atraiu uma percentagem significativa de voluntários do sexo masculino, cerca de 22,3%, em comparação com 17,8% de voluntárias do sexo feminino dedicadas à religião. Embora existam iniciativas de voluntariado no setor cultural português, a falta de dados agregados impede-nos de determinar um número exato de voluntários envolvidos nestas áreas a nível nacional.

O voluntariado em museus, centros de arte e outros espaços culturais é uma forma de participação cívica que visa envolver os cidadãos na preservação,

promoção e valorização do património cultural e artístico. Este tipo de voluntariado é fundamental para garantir que a riqueza cultural e histórica de um país não só seja preservada de form e, mas também acessível às gerações atuais e futuras, promovendo um maior conhecimento da história e da cultura locais.

Através do voluntariado cultural, os voluntários desempenham um papel essencial na preservação do património, apoiando as instituições responsáveis pela conservação dos bens culturais e históricos. Além disso, contribuem para promover o acesso à cultura, ajudando a democratizar as experiências culturais e incentivando o interesse pela cultura através de visitas guiadas, eventos ou outras atividades. Este tipo de voluntariado também tem um forte impacto na integração da comunidade, promovendo um sentimento de pertença e responsabilidade pela salvaguarda do património cultural entre os cidadãos. Ao participar ativamente nessas iniciativas, os voluntários desenvolvem um vínculo com a história e a cultura do seu país ou região, sentindo-se mais conectados à sua identidade cultural.

Além disso, o voluntariado cultural oferece aos participantes a oportunidade de desenvolvimento pessoal, proporcionando a aquisição de conhecimentos, competências e experiências que podem ser fundamentais para a sua vida profissional e pessoal. Ao trabalhar em contacto com profissionais da área e com outros voluntários, os indivíduos podem expandir a sua rede de contactos, melhorar as suas competências de comunicação e aprender novas competências. Em Portugal, várias instituições promovem o voluntariado cultural, incluindo organizações públicas como a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e os Museus e Monumentos de Portugal, bem como organizações privadas como centros de arte, fundações e associações culturais e científicas, que organizam eventos culturais e atividades relacionadas com a cultura, a arqueologia, entre outras. Todas elas desempenham um papel crucial na promoção do voluntariado no domínio cultural.

Os benefícios do voluntariado cultural são mútuos: as instituições ganham recursos adicionais, novas perspetivas, os museus e locais patrimoniais aproximam-se das comunidades em que se inserem e promove-se a possibilidade de participar em projetos institucionais de destaque. Os voluntários, por sua vez, têm a oportunidade privilegiada de receber formação

na área cultural, enriquecer as suas experiências, adquirir e desenvolver novas competências, ter contacto direto com agentes culturais e participar em eventos culturais e sociais. De acordo com a legislação em vigor em Portugal, nomeadamente a Lei n.º 71/98, que regula o quadro jurídico do voluntariado, os exemplos mencionados, tais como «amigos», «investigadores sem fins lucrativos», «doadores», não se qualificam como voluntários. Esta lei define um voluntário como uma pessoa que, de forma livre, desinteressada e solidária, se envolve em atividades destinadas ao bem-estar social, através de uma colaboração organizada com uma entidade, sem qualquer relação de trabalho. Portanto, para que uma pessoa seja considerada voluntária em Portugal, as suas ações devem estar formalmente registadas num programa ou projeto de voluntariado, com orientação e supervisão adequadas, e não deve ter qualquer interesse económico ou profissional. Assim, embora os exemplos dados possam desempenhar papéis importantes em instituições culturais, não são reconhecidos como voluntários ao abrigo da lei portuguesa.

Em Portugal, o voluntariado em museus constitui uma excelente oportunidade para participar em ações destinadas a salvaguardar o património material e imaterial que representa o legado cultural nacional. Os voluntários adquirem competências profissionais especializadas, criam oportunidades privilegiadas, desenvolvem competências de comunicação, interagem diretamente com agentes culturais e participam em eventos culturais e sociais. O programa denominado Museus e Monumentos de Portugal (MMP) oferece a cada voluntário a oportunidade de obter uma perspetiva privilegiada sobre o mundo da cultura e de se tornar parte de uma comunidade ativa, criativa e dinâmica, contribuindo para a preservação e promoção do património cultural. (Direção-Geral do Património Cultural, s.d.) No que diz respeito aos voluntários do museu de Lagos, na região sul de Portugal, estes realizam tarefas relacionadas com as atividades do museu e o património cultural.

As tarefas são acordadas entre o voluntário e o museu e podem incluir:

- Auxiliar nos serviços aos visitantes, como ajudar a orientar os visitantes, fornecer informações sobre exposições e garantir uma experiência positiva aos visitantes.
- Apoio educativo na assistência a programas educativos para escolas e público.

- Assistência na conservação.
- Participação em eventos e assistência na organização e execução de eventos do museu.
- Apoio administrativo na catalogação, introdução de dados e outras tarefas administrativas (Sul Informação, 2023).

No que diz respeito aos voluntários do Projeto de Voluntariado Cultural da Fundação Eugénio de Almeida, no sul de Portugal, estes participam em tarefas relacionadas com as atividades do Centro de Arte e Cultura, da Casa-Museu Paço de São Miguel e da Biblioteca Eugénio de Almeida.

As tarefas são diversas e podem incluir:

- Apoiar e receber os visitantes, nomeadamente fornecendo informações sobre as exposições, peças e espaços patrimoniais.
- Apoiar as atividades do serviço educativo para escolas e público em geral.
- Apoio a eventos culturais
- Apoio à catalogação e introdução de dados, organização de coleções e inventariação de objetos

O voluntariado em museus em Portugal pode ser compatível com guias profissionais ou intérpretes. Veja como as duas funções podem se cruzar:

1. Funções complementares: os voluntários costumam ajudar em tarefas gerais, como receber visitantes, auxiliar nas exposições e fornecer informações básicas. Os guias ou intérpretes profissionais, por outro lado, oferecem conhecimentos especializados e conduzem visitas guiadas. Em alguns museus, os voluntários podem ser treinados para apoiar os guias profissionais, ajudando na gestão de grupos ou na preparação de materiais, mas normalmente não substituem o trabalho de um guia qualificado.
2. Oportunidades de formação: Alguns museus podem oferecer programas de formação para voluntários que podem eventualmente prepará-los para funções como guias profissionais. Os voluntários podem acompanhar guias experientes, obtendo informações valiosas sobre a história, arte ou cultura do museu e preparando-se para funções mais formais em interpretação ou visitas guiadas.

3. Tarefas especializadas: Em museus maiores, as funções dos voluntários e dos guias profissionais são frequentemente distintas, mas complementares. Os voluntários podem concentrar-se em tarefas como ajudar em workshops educativos ou auxiliar em tarefas administrativas, enquanto os guias profissionais conduzem visitas aprofundadas.
4. Eventos colaborativos: Em alguns museus, os voluntários podem trabalhar ao lado de guias profissionais durante eventos como exposições especiais ou programas educativos. Aqui, os voluntários podem oferecer apoio enquanto os guias se concentram em fornecer comentários especializados.

Existem iniciativas em Portugal para introduzir narrativas descolonizadoras nos museus. Exemplos notáveis incluem:

- Museu Nacional de Etnologia: A exposição de 2024 «*Desconstruir o Colonialismo, Descolonizar o Imaginário*» desafia as narrativas coloniais e reexamina as representações das culturas africanas.
- Museu do Aljube – Resistência e Liberdade: A exposição «*(De)Colonial Act*» explora as guerras coloniais de Portugal e a resistência anticolonial, ligando-as à luta mais ampla pela liberdade.
- Museu de Marinha: Discussões em curso estão a remodelar as exposições do museu para oferecer uma visão mais crítica do passado colonial de Portugal.

Estes esforços fazem parte de um movimento mais amplo nos museus portugueses para reavaliar criticamente e descolonizar as suas narrativas.

Exemplos de museus a nível estatal que têm um programa de voluntariado:

- Museu Nacional Ferroviário: Oferece um Programa de Voluntariado com o objetivo de envolver a comunidade local no património ferroviário. As oportunidades incluem receção de visitantes, visitas guiadas, apoio à angariação de fundos, assistência no inventário da coleção, programas especiais, tarefas de restauração e preservação, construção de modelos e propostas de projetos por voluntários.

- Museu da Lourinhã: Recebe voluntários para ajudar em várias atividades, particularmente na sua sala de paleontologia, que apresenta moldes de dinossauros famosos e fósseis da Formação Lourinhã do Jurássico Superior.
- Museu Rainha Dona Leonor (Museu Regional Rainha Dona Leonor): O museu mais antigo de Portugal, instalado num convento do século XV, oferece oportunidades de voluntariado para apoiar as suas operações e envolver-se com a sua rica história.

Exemplos de museus a nível estadual que eram suscetíveis de aplicar narrativas descolonizadoras:

- Museu Nacional de Etnologia, Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, Museu de Marinha – Conforme mencionado acima.
- Museu do Fado: A ligação da música fado às narrativas coloniais e pós-coloniais está a ser explorada, refletindo questões de identidade e memória colonial.

Espanha

De acordo com o estudo recente da Plataforma del Voluntariado de España (PVE) «*La acción voluntaria en 2024*», o voluntariado envolve 10,1% da população espanhola com mais de 14 anos. Isto significa que mais de 5 105 067 pessoas são voluntárias em Espanha. Este número representa um aumento em relação aos anos anteriores, como em 2022, quando esta taxa era de 8,2% da população total. Em relação ao género, 55% dos voluntários são mulheres, enquanto 45% são homens. Os dados sobre voluntários por faixa etária revelam que os indivíduos mais jovens (14-24 anos) estão ligeiramente sub-representados no voluntariado (13,1%) em comparação com a população em geral (13,7%), assim como os indivíduos com idades entre 35 e 44 anos (12,3% entre os voluntários contra 15,8% na população em geral) e aqueles com idades entre 55 e 64 anos (12,9% entre os voluntários contra 16,3% na população em geral). Em contrapartida, nas restantes faixas etárias (25-34, 45-54 e 65+), a percentagem de voluntários ultrapassa a percentagem da população em geral em um a cinco pontos percentuais.

Um aspeto importante para o projeto MARVI é o nível de escolaridade dos voluntários. Quase 40% têm estudos universitários (38,9%), enquanto 3,6% têm apenas o ensino básico e 57,5% concluíram o ensino secundário.

No que diz respeito à situação profissional, quase metade dos voluntários está atualmente empregada (49,9%) e mais de um quarto é reformada ou pensionista (27,4%). As restantes categorias distribuem-se da seguinte forma: 9,5% são estudantes, 7,5% estão desempregados e 5,8% dedicam-se às tarefas domésticas. A taxa de atividade entre os voluntários é de 57,4%, quase idêntica à da população em geral, que é de 58,6%. No que diz respeito aos níveis de rendimento, 30,8% ganham entre 2001 e 3500 euros por mês, seguidos pelos que ganham entre 1001 e 2000 euros (19,2%), os que ganham entre 3501 e 5000 euros (15,2%) e os que ganham até 1000 euros (10,3%). O grupo restante, aqueles que ganham mais de 5001 euros, representa 7,6%.

Em Espanha, existe uma lei nacional sobre voluntariado, bem como 16 leis regionais sobre voluntariado, correspondentes à divisão administrativa do país em 17 comunidades autónomas e duas cidades autónomas. De acordo com a Lei 45/2015, de 14 de outubro, sobre Voluntariado, o conceito de voluntariado refere-se a atividades de interesse geral, realizadas por indivíduos, desde que não sejam realizadas no âmbito de uma relação laboral, oficial, comercial ou de outra forma remunerada, e cumpram os critérios de liberdade, gratuidade, orientação para o bem comum e organização. A nível nacional, o voluntariado é gerido por vários ministérios. O Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade supervisiona o voluntariado geral através da sua Subdireção de ONG e Voluntariado. Este ministério também acolhe o Conselho de Estado das ONG de Ação Social, um importante órgão consultivo que facilita o diálogo entre as ONG sociais e o governo nacional. O Ministério da Cultura é responsável pelo voluntariado cultural, incluindo o voluntariado em museus.

A nível regional, as comunidades autónomas têm responsabilidades legislativas e políticas em matéria de voluntariado, particularmente no voluntariado ambiental e cultural, que são geridas pelos departamentos regionais competentes. A nível local, as administrações provinciais e municipais têm normalmente pessoal responsável pelos serviços sociais, proteção civil, questões ambientais e cultura, que também supervisiona o

voluntariado nas suas respetivas áreas. Além disso, a Lei 45/2015 reconhece o importante papel das universidades na promoção do voluntariado, bem como o potencial das iniciativas de voluntariado empresarial.

A Espanha não possui um estudo específico que forneça dados concretos sobre o voluntariado em museus, monumentos ou sítios arqueológicos. Em vez disso, estas categorias estão incluídas no voluntariado cultural, que abrange o património material e imaterial, a divulgação artística e a defesa de causas. De acordo com uma pesquisa da PVE, o campo de voluntariado mais comum é o voluntariado social, com 46,8% dos voluntários a participar nesta área. Outros setores incluem:

- Voluntariado social e de saúde (17,3%)
- Voluntariado cultural (11,9%)
- Voluntariado educativo (10,8%)
- Voluntariado comunitário (10,6%)

Outras categorias, como voluntariado ambiental, internacional e de proteção civil, representam 2,8%. No que diz respeito às diferenças de género, as mulheres estão mais envolvidas no voluntariado ambiental, sociosanitário, internacional, de lazer e cultural, enquanto os homens são mais ativos no voluntariado desportivo e de proteção civil.

De acordo com o estudo PVE (2022) «*Voluntariado em Espanha: Quem, Como e Porquê. Imigração e Ação Voluntária*», a taxa de voluntários nascidos no estrangeiro é de 12%, ligeiramente superior à proporção de estrangeiros na população em geral (11,62%), o que significa que existem aproximadamente 600 000 voluntários de origem estrangeira em Espanha. Por nacionalidade, o maior grupo provém da América Latina (53,1%), seguido por voluntários de países da UE (excluindo Espanha) ou de outras nações europeias (26%). Grupos menores provêm da África (11,4%) e de outras regiões (9,6%).

Há uma percentagem mais elevada de mulheres entre os voluntários estrangeiros em comparação com a população voluntária em geral. Enquanto as mulheres representam 59,5% de todos os voluntários, este número sobe para 62,8% entre os voluntários estrangeiros. Em termos de áreas de voluntariado: 51,6% dedicam-se ao voluntariado social, semelhante à

população voluntária em geral (48,5%), 28,3% participam no voluntariado educativo. A terceira área mais comum para os voluntários estrangeiros é o voluntariado comunitário (24,4%), enquanto na população em geral é o voluntariado de lazer e tempo livre (26,5%).

Os voluntários de museus participam em atividades como:

- Visitas guiadas e interpretação, principalmente para grupos desfavorecidos, escolas e visitantes idosos.
- Fornecimento de informações aos visitantes.
- Assistência na conservação e restauração.
- Ajuda em tarefas administrativas e de pesquisa do museu.

Os voluntários atuam como um elo entre o museu e a comunidade e ajudam a melhorar os serviços prestados aos visitantes.

Em instituições onde são empregados guias e intérpretes profissionais, os voluntários geralmente não os substituem. Em vez disso, auxiliam na supervisão e conservação dos espaços do museu e na orientação dos visitantes. Em contrapartida, onde não há guias profissionais, os voluntários podem realizar visitas guiadas e atividades educativas. Em janeiro de 2024, o ministro da Cultura, Ernest Urtasun, anunciou planos para rever as coleções dos museus nacionais a fim de «superar a sua estrutura colonial».

Os museus visados por estes esforços incluem:

- Museo de América (Madrid)
- Museu Nacional de Antropologia (Madrid).
- Museu Reina Sofía (Madrid)
- Museu Etnológico e das Culturas do Mundo (Barcelona)
- Museu de Arte Pré-Colombiana Felipe Orlando (Benalmádena)
- Centro de Interpretação da Cultura Andaluz (Algeciras)

Estas iniciativas visam não só devolver artefactos obtidos ilegalmente, mas também reformular as narrativas históricas para reconhecer o sofrimento, a destruição e a exploração colonial associados a estas coleções.

Reino Unido

Menos de uma em cada cinco pessoas (16%) faz voluntariado formal pelo menos uma vez por mês. Isso representa aproximadamente 7 milhões de pessoas na Inglaterra e 8,3 milhões no Reino Unido. O voluntariado informal é mais comum. É quando as pessoas prestam ajuda não remunerada a outra pessoa que não é membro da família. Isso inclui atividades como ajudar um vizinho com as compras ou cuidar de crianças. Em 2022, 46% das pessoas (cerca de 21 milhões na Inglaterra e 25 milhões no Reino Unido) fizeram voluntariado informal pelo menos uma vez por ano. 26% das pessoas (12 milhões na Inglaterra, 14,2 milhões no Reino Unido) fizeram isso pelo menos uma vez por mês. No Reino Unido, não há limite de idade máxima para o voluntariado. As apólices de seguro de algumas organizações não cobrem voluntários com menos de 16 anos ou acima de uma determinada idade. Os voluntários não podem trabalhar para uma organização com fins lucrativos se tiverem menos de 14 anos, mesmo que não sejam remunerados. Um conselho local pode ter regras adicionais sobre o trabalho que um jovem pode realizar. É possível ser voluntário e solicitar benefícios se o único dinheiro recebido pelo voluntariado for para cobrir despesas, como custos de viagem, ou se continuar a cumprir as condições do benefício recebido ([Gov.UK](https://www.gov.uk)).

Quando questionados sobre o recrutamento de voluntários, os museus ficaram relativamente divididos sobre se o recrutamento tinha aumentado ou diminuído nos últimos 12 meses, com mais de um terço a afirmar que mais voluntários tinham sido contratados nos últimos 12 meses (35%), mas quase três em cada dez afirmaram que o número tinha diminuído (29%). A Pesquisa Anual de Museus entrevistou 765 museus não nacionais — que fazem parte do Esquema de Acreditação de Museus do Reino Unido do Arts Council England — em nove regiões da Inglaterra, para fornecer informações sobre sua força de trabalho, finanças, público e insights, e ajudar a entender como os museus estão se recuperando da pandemia da Covid-19. A pesquisa de 2022 descobriu que praticamente todos os museus pesquisados dependiam de voluntários em algum grau, com quatro voluntários para cada funcionário no total. A pesquisa também descobriu que 30% dos museus pesquisados tinham mais de 50 voluntários, enquanto 44% dependiam de até 25 voluntários. Três em cada dez museus pesquisados para a pesquisa eram totalmente

administrados por voluntários, com essa porcentagem ainda maior entre os micro museus (58%).

Uma pesquisa realizada pela Historic England revelou que há uma falta de diversidade na força de trabalho do setor do património, com nenhum dos inquiridos em cargos de gestão superiores se descrevendo como negro. A pesquisa revelou que 90% dos inquiridos, em todos os níveis de senioridade, se identificam como brancos, enquanto menos de 1% se identificam como negros ou negros britânicos. [A Pesquisa sobre Diversidade da Força de Trabalho do Setor do Património](#), cujos resultados foram publicados na semana passada pela e que foi encomendada com o objetivo de obter «uma compreensão mais robusta de quem faz parte atualmente do setor», inquiriu mais de 500 indivíduos de um número não divulgado de organizações do património. Os participantes foram questionados sobre uma série de características protegidas pela Lei da Igualdade de 2010, incluindo etnia, identidade de género, deficiência e estatuto socioeconómico. O inquérito revelou que quase 20% da força de trabalho se identifica como portadora de deficiência e 25% se identifica como neurodivergente. No entanto, apenas 50% das pessoas com deficiência no setor têm um contrato a tempo inteiro e permanente, em comparação com 67% dos inquiridos em geral.

O projeto colaborativo de dados e insights para o setor do património do Reino Unido foi criado pelo National Lottery Heritage Fund. Em março, 241 membros do painel Heritage Pulse, todos a trabalhar no setor do património, responderam ao último inquérito UK Heritage Pulse sobre o tema do voluntariado. Entre os resultados do último inquérito, o relatório indica que 45% dos inquiridos concordaram que o setor depende excessivamente dos voluntários, mas 24% consideram que há uma oportunidade para aproveitar melhor esses voluntários. A visão geral do relatório sugere que as organizações menores tendem a sentir mais intensamente essa dependência excessiva. No mesmo relatório, 46,7% dos inquiridos afirmaram que a sua própria organização dependia de voluntários para interagir com os visitantes, principalmente através de interpretação, visitas guiadas ou acolhimento em salas. Os resultados mostram que 42% dos inquiridos dependiam de voluntários para competências técnicas, incluindo manutenção, 39% para

administração e finanças e cerca de um terço para investigação, arqueologia e conservação, e gestão de coleções.

As conversas sobre a descolonização dos museus estão a aumentar na academia britânica e no discurso popular. A recente revelação de roubos no Museu Britânico colocou mais uma vez os museus em destaque, mas a atenção a artefactos individuais, como a Pedra de Roseta ou os Bronzes de Benim, vem se intensificando há algum tempo. Os museus britânicos começaram a responder às exigências de descolonização, mas num clima em que os diretores de museus afirmam que «descolonizar é descontextualizar», será que este trabalho produz uma atmosfera antirracista e educativa que aborda a colonialidade dos museus? Os acervos de muitos museus britânicos foram formados através do colonialismo e dos seus legados. As redes imperiais foram vitais para a aquisição de objetos da Ásia e da África por meio de compras, escavações e roubos. Por exemplo, uma miríade de alas egípcias e es em vários museus britânicos exibem objetos adquiridos por meio de intervenções imperiais europeias no Egito desde 1798, e especialmente após a colonização britânica do Egito, que começou em 1882.

Pesquisas recentes concentram-se na colonialidade incorporada por objetos norte-africanos em museus britânicos (Ahamed-Barke, 2024). Parte deste trabalho envolve a investigação de objetos específicos mantidos pelo Victoria and Albert Museum. A colonialidade revelou-se profundamente enraizada nestes objetos: desde ornamentos islâmicos retirados do Egito para ilustrar as alegações britânicas sobre o «atraso» do Islão; a pratos de luxo feitos de minerais extraídos da Argélia pelo Império Francês; à cerâmica Amazigh (indígena argelina) colecionada pelas elites britânicas que viam a Europa como guardiã da cultura africana. Cinco outros museus ingleses (o Ashmolean, o Brighton Museum, o Bristol Museum, o British Museum e o Pitt Rivers Museum) estão a explorar a colonialidade das suas exposições.

Vários museus contêm elogios a egiptólogos como o eugenista Flinders Petrie ou Francis Llewelyn Griffith, um arqueólogo elogiado como herói local no Museu de Brighton, sem refletir sobre como o colonialismo possibilitou o seu trabalho (Ahamed-Barke, 2024). Da mesma forma, o Ashmolean tem um quadro que celebra o arqueólogo John Myres pelas suas escavações em Chipre, sem mencionar que Chipre foi colonizado pela Grã-Bretanha na época

do seu trabalho. Estes museus dedicam espaço à educação sobre as suas histórias, como a sala «Collecting the World» do Museu Britânico. Eles demonstram interesse nas suas próprias histórias de aquisição, pelo que a ausência de informações sobre a colonialidade das aquisições é um silêncio impressionante. Ao não mencionar a colonização como o contexto em que os arqueólogos operavam, o tom comemorativo que os museus frequentemente empregam obscurece o imperialismo e a violência cometida para permitir que as intervenções arqueológicas ocorressem. Longe da afirmação do diretor do Victoria and Albert Museum, Tristram Hunt, de que “descolonizar é descontextualizar”, ao não descolonizar, os museus britânicos estão a falhar completamente na contextualização. A pesquisa de Ahamed-Barke permitiu uma reflexão sobre a experiência pessoal da colonialidade dos museus. Ele afirma que as pessoas de cor estão bem familiarizadas com as histórias do Império Britânico e suas crueldades. Elas até consideravam que sua compreensão do imperialismo, proveniente da família e dos estudos acadêmicos, era preparação suficiente para a colonialidade dos museus britânicos.